



Ata da 124ª Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Data: 19 de novembro de 2015, às 8:00horas
Local: Auditório SEST/SENAT
Rua Martin Cipriem, 1.100, Bairro Bela Vista, Divinópolis/MG

1 Em 19 de novembro de 2015, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional
2 Colegiada Alto São Francisco (URC Alto São Francisco) do Conselho
3 Estadual de Política Ambiental (COPAM), no Auditório SEST/SENAT, em
4 Divinópolis, Minas Gerais. Participaram os seguintes membros titulares e
5 suplentes: o presidente José Oswaldo Furlanetto, da Secretaria de Estado de
6 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD); Valério Mendes
7 Rezende, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
8 (SEAPA); Lucélio Nativo Assunção, da Secretaria de Estado de
9 Desenvolvimento Econômico (SEDE); Giovanardi Marco Alves, da Secretaria
10 de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); 2º Ten.
11 PM Luciano Marcelo de Oliveira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG);
12 Francisco Chaves Generoso, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de
13 Minas Gerais (PGJ); Marcelo Ferreira Guimarães, do Instituto Brasileiro do
14 Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Flávia Maria
15 Mourão, da Prefeitura Municipal de Divinópolis/MG; Roberto Soares
16 Nogueira, do Comitê de Bacia Hidrográfica do entorno de Três Marias; Túlio
17 Pereira de Sá, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
18 (Fiemg); Edécio José Cançado Ferreira, da Federação da Agricultura e
19 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Francisco de Assis Braga, da
20 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção Minas
21 Gerais (ABES); Marcos Antônio Veloso, do Conselho Regional de
22 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Lessandro Gabriel da
23 Costa, da Associação Ambientalista do Alto São Francisco; Anaximandro
24 Lourenço Azevedo Feres, da Pontifícia Universidade Católica de Minas
25 Gerais (PUC); Ronaldo José Borges, do Conselho Municipal de Defesa do
26 Meio Ambiente de Pains; **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** O presidente
27 José Oswaldo Furlanetto declara aberta a 124ª Reunião Ordinária da
28 Unidade Regional Colegiada do Alto São Francisco. **2) EXECUÇÃO DO**
29 **HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3)**
30 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**
31 Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Bom dia a todos, bom dia aos
32 Conselheiros, a quem eu os cumprimento pelo trabalho de relevância em

33 defesa do meio ambiente da nossa região, do nosso estado. Bom dia aos
34 empreendedores, aos consultores, bom dia ao corpo técnico, jurídico e
35 operacional da SUPRAM Alto São Francisco. Então, em nome do Secretário
36 Adjunto Nalton Sebastião Moreira da Cruz, eu declaro aberta a 124ª Reunião
37 Ordinária da Unidade Regional Colegiada URC Alto São Francisco do
38 Conselho Estadual de Política Ambiental, Copam. Para quem não me
39 conhece meu nome é José Oswaldo Furlanetto, sou Engenheiro Agrícola, e
40 estou à frente da Superintendência Regional do Sul de Minas, SUPRAM Sul
41 de Minas. Eu queria agora abrir a palavra para comunicados dos
42 Conselheiros e assuntos gerais. A palavra está franqueada.” Conselheiro
43 Lessandro Gabriel da Costa: “Bom dia. Gostaria de cumprimentar aqui a
44 duas pessoas que fazem parte desse plenário, que é a Talita Engenheira
45 Ambiental do município de Lagoa da Prata, e a Renata que é estudante de
46 Engenharia Ambiental da UNIFOR de Formiga, registrar a presença de duas
47 pessoas bacanas que têm trazido um bom trabalho para a Secretaria de
48 Meio Ambiente, à frente a Secretaria de Lagoa da Prata e Meio Ambiente. Eu
49 gostaria, primeiramente, de convidar no dia 14, próximo dezembro, às quinze
50 horas no Teatro Fausto Resende, nós vamos encerrar o projeto de
51 revitalização da bacia do Rio Jacaré. Que é um convênio firmado com o
52 Comitê do São Francisco, através da GB Peixe Vivo, onde nós estamos
53 trabalhando a questão da melhoria da bacia do Rio Jacaré com barraginhas,
54 cercamento de nascente, reflorestamento. Então no dia 14 a gente vai
55 encerrar esse projeto, fazendo uma festividade de encerramento que acho
56 que não é encerrar, a gente está iniciando. É um trabalho que daqui para
57 frente eu acho que ele tem que ser mais conduzido do que está sendo
58 conduzido lá no momento, então fica esse convite. E gostaria também de
59 pedir a todos pelo decorrente que nós estamos passando aí na situação que
60 a gente viu do nosso grande rio, nosso Rio Doce, a situação que nossos
61 irmãos têm passado naquela região do acontecimento lá do Rio Doce, que
62 realmente isso possa servir de alerta para toda a população do mundo.
63 Essas decorrências, não só questão de desastres ou questão de alguma
64 decorrência que possa ocorrer, que ocorreu lá na região toda, todo mundo
65 prejudicado, empresa, as cidades, as pessoas, os animais, que isso talvez
66 não sirva de exemplo, mas que abra os olhos dos nossos políticos; porque
67 como aconteceu no Rio Doce, nosso Rio São Francisco também já está com
68 a morte anunciada, todo mundo sabe disso. Nós estamos aí com um período
69 de estiagem muito longo ainda, tem algumas chuvas chegando, mas a gente
70 parece que não tem muita esperança de chuva para que realmente possa
71 suprir as necessidades da bacia do Rio São Francisco. E da mesma forma
72 que o Rio Doce vem sofrendo, o Rio São Francisco já sobre há anos. E que
73 daqui para frente também a gente possa trabalhar melhor as condições de
74 melhoramento na questão hídrica, na questão de recuperação dos nossos
75 rios. Hoje o Rio São Francisco, um dos rios mais importantes do Brasil, que

76 percorre cinco estados, que fala que semeia a questão da vida nesses
77 estados, que a gente possa realmente abrir os olhos pelos acontecimentos,
78 não pelo fato que aconteceu no Rio Doce, mas também no que acontece de
79 longas datas no Rio São Francisco. Até gostaria de encerrar aqui minhas
80 palavras, pedindo um minuto de silêncio a todos para que a gente possa
81 realmente pedir a Deus, que Deus abençoe a todas aquelas pessoas,
82 equipes e pessoas, cidadãos de bem que estão naquela região do Rio Doce
83 que sofrem que eles possam ter seu coração abrandado, e que os governos
84 possam abrir o coração também, que realmente a população tem sofrido
85 muito com essa questão ambiental. Não só grandes questões ambientais,
86 como pequenas questões ambientais que vêm na tangência do estado de
87 Minas Gerais, mas que a gente possa realmente valorizar a vida das
88 pessoas, do ser humano, dos animais, e tudo mais, da vida que Deus nos
89 deixou. Então gostaria de pedir esse um minuto para que a gente pudesse
90 refletir essa questão, que acho que é um momento muito triste para todo
91 mundo. Muito obrigado.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Podemos
92 voltar então?” Conselheiro Roberto Soares Nogueira: “Eu queria fazer duas
93 observações, a primeira é o seguinte, eu não estou vendo, em todas essas
94 entrevistas sobre esse acidente horrórico lá de Mariana, nenhuma cobrança
95 do estado em termos de fiscalização. Eu estou vendo eles jogarem pedra na
96 empresa, jogar pedra no DNPM, e o estado que não está fazendo
97 fiscalização nenhuma há muito tempo, não é de hoje, não estou vendo ele
98 ser cobrado por ninguém, todo mundo reclamando lá, fazendo críticas e etc.,
99 e sinceramente o que o que o nosso Conselho aqui faz todo o mês, que é
100 cobrar fiscalização, e realmente ela não existe, a gente recebe os processos
101 aqui para analisar e fica surpreso, porque tudo aquilo que foi proposto em
102 termo de condicionante, monitoramento, etc., não está sendo cumprido, e
103 praticamente zero de fiscalização. E a respeito do DNPM eu gostaria de
104 perguntar cadê os nossos Conselheiros que foram eleitos para este
105 Conselho que não aparecem? O DNPM, o ano passado, pediu seis meses,
106 eu acredito, inclusive, que por falta de verbas esses órgãos todos estão em
107 uma penúria de fazer gosto. E esses seis meses se esgotaram, nós já
108 corremos dez meses desse ano e eu não vi ainda nenhuma notícia de que o
109 DNPM voltará a estar presente nesse Conselho. E digo o seguinte, tanto o
110 DNPM quanto à ABES, quanto ao Comitê de Bacia, esses órgãos
111 representativos que fazem a defesa do meio ambiente, são absolutamente
112 necessários para a gente analisar devidamente, principalmente no caso do
113 DNPM, os projetos de mineração. E nós temos muitas barragens de rejeito
114 na nossa área do Alto São Francisco, e aqui, sinceramente, eu não estou
115 vendo assim nenhum esforço para se cobrar e trazer de volta a
116 representação do DNPM. Eu já falei isso aqui há mais tempo, e quero repetir
117 para ver se a gente consegue trazer novamente representantes do DNPM,
118 que eu acho que estão fazendo falta aqui quando a gente está analisando

119 projetos de mineração.” Conselheiro Anaximandro Lourenço Azevedo Feres:
120 “Inicialmente externar a minha alegria de estar ladeado por dois ex-alunos
121 aqui nessa mesa. Informar ao Conselho que a PUC, ao longo desses três
122 últimos meses, vem promovendo uma série de eventos sobre a Conferência
123 do Clima, preparatórios para a Conferência do Clima que ocorrerá em Paris,
124 esperamos, não é? Em dezembro, em Arcos, em conjunto com a CEMIG e
125 grande apoio do Conselheiro Lucélio fizemos um evento sobre arborização
126 urbana. Hoje teremos um debate em Betim com a presença do ex-secretário
127 e ex-ministro de Meio Ambiente José Carlos Carvalho. E fica aí informado a
128 contribuição, o quê que a universidade tem feito para discutir esse problema
129 do clima. Quero fazer coro com o que bem disse o Conselheiro Roberto,
130 ainda bem que isso está nas atas, as atas são gravadas, colocadas no papel,
131 que esse Conselho, especialmente, pode se orgulhar do trabalho e da briga
132 pela fiscalização do que a gente tem feito. Não adianta nós condicionarmos,
133 falou-se até no processo de licenciamento da barragem, questionou-se a
134 atuação de Conselheiros, disse que no dia da reunião existiam tantos
135 suplentes, segundo suplente, terceiro suplentes, ninguém quer questionar a
136 atuação da Unidade Regional Colegiada, tenho certeza que foi tudo feito da
137 melhor maneira possível; não só os pareceres técnicos com também a
138 reunião, mas a gente percebe a falta de fiscalização. E quero deixar
139 expresso aqui também a minha quase revolta, mas no mínimo um
140 questionamento: soube pela imprensa hoje que o estado de Minas Gerais
141 multou a Samarco em 112 milhões de reais. Para um incauto que
142 desconhece a legislação, falou: ‘Nossa, realmente é mais uma multa, o
143 estado está atuando.’ Mas o estado, na verdade, ao multar a Samarco em
144 112 milhões de reais, deu a ela um desconto de 138 milhões de reais na
145 multa de 250 milhões de reais que foi aplicada a ela pelo IBAMA. Porque a
146 legislação permite que aquele que é multado por mais de um ente federado,
147 escolha a multa que vai pagar. Então ao multar a Samarco em 112 milhões
148 de reais, o estado suspende a exigibilidade da multa de 250 milhões de reais
149 aplicada pelo IBAMA, franqueando à Samarco que pague a multa do estado.
150 Imagino, já que agora a gente está fazendo tragédias anunciadas, daqui a
151 pouco a Prefeitura de Mariana vai multar a Samarco em 10 milhões de reais,
152 para dar a ela então um ótimo desconto e querer receber esse valor. Espero
153 que isso possa ser pensado aí dos órgãos ambientais para que se
154 efetivamente puna quem deve ser punido. Obrigado.” Presidente José
155 Oswaldo Furlanetto: “Alguém mais vai fazer uso da palavra? Não tendo, nós
156 vamos passar então para o exame. Antes, porém, eu queria cumprimentar o
157 Conselheiro Roberto, por tudo aquilo que falou com relação à presença de
158 um técnico conhecedor da área de solos do DNPM, em todos os Conselhos
159 das URCs do estado. E com relação à inoperância do estado eu ia
160 comunicar a multa que ele acabou de falar aqui, Anaximandro, que o estado
161 multou. Eu fiquei até feliz, mas parece que não é motivo de alegria, porque

162 faz opção de pagar um ente federado só. Mas vamos dar continuidade aos
163 trabalhos. Vamos para o exame da ata então.” **4) EXAME DA ATA DA 123ª**
164 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO COPAM, URC ALTO SÃO FRANCISCO, DE**
165 **22/10/2015.** Conselheiro Roberto Soares Nogueira: “Nas linhas 448, onde
166 está escrito desistir, não fui eu que desisti não, eu me referi aos
167 administradores do IGAM, é desistiram. Na linha 451, e agora estou, também
168 não é estou não, é estão, são eles também. E na linha 462, onde está escrito
169 ‘não é a mínima’, é ‘não tem a mínima’, é só isso, obrigado.” Conselheiro
170 Marcelo Ferreira Guimarães: “Na linha 1.025 é ‘saber se’, não ‘saber de’.”
171 Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “Já fiz as minhas também
172 alterações, todas nas minhas falas. Vou pedir permissão só para dizer as
173 linhas, linhas 578, 604, 613, 1.464, 1.917, 2.016, 2.017, 2.228, 2.229, 2.788,
174 2.800, 2.842, 2.850 e 2.867.” Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira:
175 “As minhas alterações também já foram passadas à mesa, estão na linha
176 243 e 262.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Ninguém mais? A Ata
177 então com as suas correções, ata em votação. Aqueles que concordam com
178 a presente redação da ata permaneçam como estão, os contrários se
179 manifestem. Conselheiro 2º Ten. PM Luciano Marcelo de Oliveira:
180 “Abstenção, por que eu não participei da última reunião.” Presidente José
181 Oswaldo Furlanetto: “Ata aprovada então.” Conselheiro Ronaldo José
182 Borges: “Abstenção também, não estava participando da reunião, da última
183 reunião.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Ata aprovada então com dois
184 votos de abstenção. Então vamos abrir então para o próximo ponto de pauta
185 no item 05.” **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
186 **REVALIDAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO.** Presidente José Oswaldo
187 Furlanetto: “Antes, porém, por orientação da SUPRAM Alto São Francisco,
188 está sendo retirado de pauta o item 9.1 de titularidade de João Bosco
189 Cumaíra.” **5.1) Estamparte Serigrafia Têxtil Ltda., Serigrafia Divinópolis/**
190 **MG. PA. Nº 00852/2009/002/2013. Classe 5. Apresentação SUPRAM Alto**
191 **São Francisco. Retorno de Baixa de diligência.** Presidente José Oswaldo
192 Furlanetto: “Parecer da SUPRAM Alto São Francisco é pelo indeferimento. O
193 processo está em discussão. Não tendo ninguém para discussão, ninguém
194 inscrito? Tem um inscrito que vai fazer uso da palavra em defesa. Tem cinco
195 minutos.” Flávio Greco, Empresa Estamparte: “Bom dia a todos. Essa
196 empresa ela está indo para o indeferimento, todos leram os pareceres, por
197 descumprimento de condicionante do anexo 2, que é poluir. A empresa tem
198 duas estações de tratamento de esgoto, uma de efluente industrial, e uma de
199 efluente sanitário. A de efluente sanitário que deu fora a DBO e o DQO, por
200 motivos de contaminação de uma, como é que fala, um lavatório de mão,
201 que custamos a descobrir. A situação que a gente enxerga é que nós vamos
202 ter um indeferimento, porque lançamos fora de um padrão da DN 01/2008,
203 do Conselho junto de recursos hídricos, e lançamos dentro de uma rede
204 pública da COPASA, que pega um bairro de cinco mil pessoas. Essa rede

205 pública lança em um córrego que é preto. Então a incongruência, só uma
206 análise, não estou questionando a decisão, nem ministrando alguma
207 situação, é só uma incongruência, como é que a nossa legislação funciona,
208 as responsabilidades de cada um, o grande poluidor da empresa seria a sua
209 estação de tratamento industrial, e ela está na tranquilidade. É só para ter
210 uma visão de todos, que a empresa ela teve um momento de crise, que
211 saíram os negócios, a gente descobriu o quê que era o problema, consertou
212 o quê que era o problema. Hoje, nos últimos dois anos não tem mais nenhum
213 parâmetro fora, tanto é que nós tivemos uma licença referendada para o
214 mesmo lugar, para outra atividade, com a mesma estação de tratamento, por
215 esse Conselho. Então é só uma incongruência de como é que a gente pode
216 melhorar o sistema, quais que são as responsabilidades de cada um. A
217 gente lança dentro da rede pública da COPASA, que tem seus problemas. É
218 só.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “O processo está em discussão.
219 Não tendo mais inscritos e nenhum Conselheiro se manifestando a respeito,
220 processo está em votação, aqueles que concordarem com o parecer de
221 indeferimento da SUPRAM Alto São Francisco, permaneçam como estão, os
222 contrários se manifestem. Processo aprovado, portanto, indeferido. **5.2)**
223 **Fundição Atlanta Ltda. Produção de fundidos de metais não ferrosos,**
224 **inclusive ligas, sem tratamento químico superficial e/ou**
225 **galvanotécnicos, inclusive a partir de reciclagem. Base de**
226 **armazenamento e distribuição de gás liquefeito de petróleo, GLP. Base**
227 **de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis**
228 **líquidos derivados de petróleo, álcool, combustível, e outros**
229 **combustíveis automotivos. Cláudio, Minas Gerais. PA Nº**
230 **00691/2003/002/2013, Classe 3. Apresentação SUPRAM Alto São**
231 **Francisco.** Presidente José Oswaldo Furlanetto: “O processo foi retirado de
232 pauta na reunião do COPAM anterior, do dia 22/10/2015, e volta para a
233 pauta desta reunião de hoje para o deferimento. Processo está em
234 discussão.” Mayla Costa Laudares Carvalho, Diretoria de Controle
235 Processual SUPRAM-ASF: “O processo foi retirado de pauta na última
236 reunião devido a questão operacionais, não interferindo em questões
237 técnicas nem jurídicas do processo.” Conselheiro Francisco Chaves
238 Generoso: “Eu queria um esclarecimento a respeito do prazo que foi
239 sugerido de validade da licença. Foi concedido ou não o acréscimo?
240 Manteve da forma que, sem benefício e nem prejuízo?” Mayla Costa
241 Laudares Carvalho, Diretoria de Controle Processual SUPRAM-ASF: “Não foi
242 concedido o acréscimo.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “Gostaria de
243 sugerir ao Conselho estarmos adicionando uma condicionante voltada a
244 efluentes sanitários, uma vez que, nós temos nessa indústria 39
245 empregados, eles possuem como matéria prima também a areia, e essa
246 areia de alguma forma acaba que impregna no uniforme e vai junto com
247 esses empregados para o vestiário. E o sistema lá é fossa filtro, essa areia

248 pode estar interferindo inclusive no processo, na eficiência do processo deles
249 de tratamento de efluentes sanitários. E fica a minha sugestão de estarmos
250 inserindo aquela condicionante voltada para efluentes sanitários, auto
251 monitoramento de efluentes sanitários conforme DN COPAM 167/2011.”
252 Levy Geraldo Sousa, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: “No caso não só da
253 Fundação Atlanta como de várias outras empresas de Cláudio, a gente não
254 solicita o automonitoramento de efluentes sanitários porque tem a ETE no
255 município. Apesar deles terem a estação de tratamento na empresa, a gente
256 não condicionou esse automonitoramento por esse motivo, porque é de
257 responsabilidade da COPASA fazer o tratamento de todo o efluente do
258 município de Cláudio. Mas se for o caso, se o Conselheiro achar melhor a
259 gente condicionar e eles monitorarem. Só que isso pode gerar uma
260 indignação do empreendedor, porque as outras empresas a gente não cobra,
261 a não ser que a gente comece a cobrar das outras também, preocupando um
262 pouco com a isonomia.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “Não vejo
263 nenhum problema porque está dentro da legalidade, estaríamos apenas
264 cumprindo uma DN 167/2011.” Levy Geraldo Sousa, Diretoria Técnica
265 SUPRAM/ASF: “Não tem nenhuma objeção da equipe técnica, é uma
266 decisão do Conselho.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “Uma vez que
267 esses resíduos sólidos, sólidos em suspensão, caiam na rede coletora,
268 esses sólidos podem estar indo para uma elevatória e estar atrapalhando o
269 processo da elevatória do sistema de esgotamento sanitário. Então eles
270 estariam repassando o problema dos sólidos em suspensão para um outro
271 empreendimento. Fica a sugestão.” Presidente José Oswaldo Furlanetto:
272 “Conselheiro Giovanardi, o senhor poderia então propor uma redação para a
273 condicionante, por favor? Que aí em seguida a gente pode votar o processo
274 com a condicionante, se for o entendimento do Conselho.” Conselheiro Túlio
275 Pereira de Sá: “Só uma dúvida aqui. Levy, lá ele tem o contrato PRECEND
276 com o município, se é a ETE do município?” Levy Geraldo Sousa, Diretoria
277 Técnica SUPRAM/ASF: “Se tem o quê? Desculpa.” Conselheiro Túlio Pereira
278 de Sá: “Eles mandam para a ETE do município, eles têm um contrato com o
279 município do tratamento de efluente igual tem o PRECEND da COPASA?”
280 Levy Geraldo Sousa, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: “Não foi solicitado
281 esse contrato.” Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Tem representante do
282 empreendimento aí.” Levy Geraldo Sousa, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF:
283 “Representante da Consultoria vai fazer uso da palavra.” Michele, Empresa
284 Fundação Atlanta: “A empresa não tem o contrato do PRECEND. O quê que
285 acontece no município de Cláudio, o valor da coleta hidrotratamento ele vem
286 imposto na fatura, mas o contrato ainda não existe. A COPASA está fazendo
287 a fiscalização e convocando o pessoal para assinar o PRECEND. Mesmo
288 porque o PRECEND é mais voltado para efluente industrial, e lá o único
289 efluente é exclusivo doméstico.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves:
290 “Quanto à redação desta condicionante já existe a condicionante padrão, a

291 gente pode visualizá-la no parecer 8.1, página 14, que é essa condicionante
292 votada para efluentes líquidos sanitários. Ou seja, o local de amostragem:
293 entrada e saída dos sistemas de tratamento de efluentes líquidos sanitários;
294 parâmetros: PH, DBO, DQO, sólidos em suspensão e sólidos sedimentáveis.
295 Frequência de análises: semestral.” Presidente José Oswaldo Furlanetto:
296 “Então primeiro se é do entendimento de se incluir essa condicionante, os
297 Conselheiros que concordam permaneçam como estão, os contrários se
298 manifestem.” Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “O processo está
299 sendo julgado ou não?” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Está sendo em
300 discussão, está querendo colocar a condicionante em votação. Vota o
301 processo primeiro? Tá bom. Então vamos colocar o processo em votação
302 com o parecer da SUPRAM Alto São Francisco, pelo deferimento.
303 Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “Vou me manifestar pelo
304 indeferimento dentro do que eu já venho externando, porque a empresa foi
305 autuada por descumprir condicionante ou cumpri-las fora do prazo.”
306 Conselheiro 2º Ten. PM Luciano Marcelo de Oliveira: “Também pelo
307 indeferimento em razão do descumprimento, o cumprimento parcial de uma
308 condicionante.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Não tendo mais
309 nenhum Conselheiro contrário, o processo então está em votação, aprovado
310 com dois votos contrários, é isso? Agora nós passamos para a inclusão da
311 condicionante. Os Conselheiros que aprovam a inclusão da condicionante
312 proposta pelo Conselheiro Giovanardi, permaneçam como estão, os
313 contrários se manifestem, por favor. Conselheiro Francisco Chaves
314 Generoso: “Abstenção Ministério Público.” Conselheiro 2º Ten. PM Luciano
315 Marcelo de Oliveira: “Abstenção PMMG.” Conselheira Flávia Maria Mourão:
316 “Contrário.” Conselheiro 2º Ten. PM Luciano Marcelo de Oliveira: “Abstenção
317 por ter votado pelo indeferimento.” Presidente José Oswaldo Furlanetto:
318 “Então a condicionante fica incluída com três votos contrários e duas
319 abstenções. Passamos então para o próximo ponto de pauta. Trata-se de um
320 processo administrativo para exame de licença prévia concomitante com
321 licença de instalação.” **5.3) Cândido Calçados Ltda., fabricação de**
322 **calçados em geral, moldagem de termoplástico sem utilização de**
323 **matéria-prima reciclada, ou com utilização de matéria-prima reciclada a**
324 **seco. Serigrafia. Nova Serrana, Minas Gerais. PA Nº**
325 **01340/2005/003/2014, Classe 3. Apresentação SUPRAM Alto São**
326 **Francisco.** Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Processo também que foi
327 retirado da pauta na reunião de 22/10/2015, e volta com o parecer para o
328 deferimento, processo em discussão.” Levy Geraldo Sousa, Diretoria Técnica
329 SUPRAM/ASF: “Eu queria só pedir uma correção na conclusão do adendo,
330 onde fala município de Pará de Minas, o correto é município de Nova
331 Serrana.” Vilma Aparecida Messias, Diretora de Controle Processual
332 SUPRAM/ASF: “Levy, você poderia só explanar rapidamente o motivo pelo
333 qual o processo foi retirado de pauta?” Levy Geraldo Sousa, Diretoria

334 Técnica SUPRAM/ASF: “Esse processo não foi apenas retirado de pauta,
335 como também mudado a decisão. Inicialmente foi sugerido o indeferimento,
336 porque pelo que foi constatado no SIAM aí no processo a maior parte das
337 condicionantes teriam sido descumpridas ou cumprida com atraso. Só que
338 após a publicação do parecer, a consultoria entregou na SUPRAM,
339 protocolou vários documentos que não estavam nem no processo e nem na
340 página do SIAM. E quando a gente foi verificar onde que estava o erro
341 porque que esses protocolos não estavam na página do SIAM, verificou-se
342 que a consultoria quando ela entregou a documentação, ela colocou na folha
343 de rosto a numeração do PA de outro processo. Então todos esses
344 protocolos ficaram, estão no SIAM na página de outro processo. Então foi um
345 erro da consultoria e depois que ela apresentou a gente analisou essa
346 documentação e mudou a decisão pelo deferimento. Porque depois que foi
347 entregue essa documentação a gente pôde considerar satisfatório o
348 desempenho ambiental do empreendimento.” Presidente José Oswaldo
349 Furlanetto: “Processo ainda em discussão, ninguém mais? Colocamos então
350 o processo em votação. Aqueles Conselheiros que concordam com o
351 parecer pelo deferimento da SUPRAM Alto São Francisco, permaneçam
352 como estão, os contrários se manifestem. Conselheiro 2º Ten. PM Luciano
353 Marcelo de Oliveira: “Só um esclarecimento, no adendo consta cumprimento
354 parcial de uma condicionante A6 e cumprimento com atraso das
355 condicionantes 4 e 5, é isso mesmo, está correto?” Conselheiro Túlio Pereira
356 de Sá: “Questão de ordem, já está em votação.” Presidente José Oswaldo
357 Furlanetto: “Por questão de ordem o processo está em votação.” Conselheiro
358 2º Ten. PM Luciano Marcelo de Oliveira: “Sim, só pelo indeferimento em
359 razão dessas condicionantes não cumpridas no tempo.” Conselheiro
360 Francisco Chaves Generoso: “Também me manifesto pelo indeferimento em
361 razão de condicionantes cumpridas fora do prazo ou cumpridas apenas
362 parcialmente.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Processo então
363 aprovado com dois votos contrários, Ministério Público e Polícia Militar.
364 Passamos então agora para o processo administrativo, exame de licença
365 prévia e licença de instalação LP e LI. **6.1) Departamento Municipal de**
366 **Água e Esgoto de Campo Belo, DEMA E, tratamento de esgotamento**
367 **sanitário, interceptores e emissários, elevatórias e reversão de esgoto,**
368 **Campo Belo/ MG. PA Nº 12631/2014/002/2015, Classe 3. Apresentação**
369 **SUPRAM Alto São Francisco.** “Presidente José Oswaldo Furlanetto:
370 “Parecer pelo deferimento.” Vilma Aparecida Messias, Diretora de Controle
371 Processual SUPRAM/ASF: “Destaque pela SUPRAM.” Conselheiro
372 Francisco Chaves Generoso: “Destaque Ministério Público.” Conselheiro
373 Roberto Soares Nogueira: “Destaque Comitê.” Presidente José Oswaldo
374 Furlanetto: “Destaque SUPRAM.” Conselheiro Francisco de Assis Braga:
375 “Destaque ABES também.” Lorena Soares Cardoso Brito, Diretoria Técnica
376 SUPRAM/ASF: “Eu queria fazer uma correção na primeira página do parecer

377 aí, o CNPJ do empreendedor e do empreendimento foi número aí errado,
378 queria corrigir. Na verdade o número é 18.659.334/0001-37.” Presidente
379 José Oswaldo Furlanetto: “Destaque IBAMA.” Conselheiro Marcelo Ferreira
380 Guimarães: “Meu destaque era justamente esse, que esse CNPJ pertence à
381 Prefeitura Municipal de Arcos, o CNPJ que estava constando; motivo pelo
382 qual não pude nem consultar o CTF da empresa, do Departamento
383 Municipal.” Fernanda Assis Quadros, Diretoria de Controle Processual
384 SUPRAM-ASF: “O empreendimento possui o cadastro técnico federal.”
385 Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Destaque Comitê de Bacia.”
386 Conselheiro Roberto Soares Nogueira: “Eu gostaria de consultar a equipe
387 técnica da SUPRAM o seguinte: nós temos, quando há elevatórias nesses
388 empreendimentos, a gente tem tido o cuidado de exigir um grupo gerador
389 para evitar elevar e deixar por falta de energia o sistema jogar esgoto ou
390 lodo, o que seja, para todo o lado. Como eu li com carinho este relatório, e
391 não vi nenhuma referência a isso, eu vi referência a três elevatórias e não vi
392 nenhuma referência a esse grupo gerador que vai garantir esse não
393 transbordo, esse não.” Lorena Soares Cardoso Brito, Diretoria Técnica
394 SUPRAM/ASF: “Na condicionante 28 essa questão foi levada em
395 consideração. Lendo o texto da condicionante, apresentar comprovação da
396 execução de projetos e sistema gerador de energia, visando a prevenir
397 transbordo de esgoto por paralisação da ETE em caso de falta de energia
398 elétrica.” Conselheiro Roberto Soares Nogueira: “Falha nossa, realmente o
399 número de condicionantes é enorme, não é, e eu passei batido, você me
400 desculpe.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Alguém mais? Ministério
401 Público.” Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “São duas perguntas, a
402 primeira é que segundo consta do parecer, a água que será utilizada na fase
403 de instalação será oriunda de um caminhão pipa, não é? Mas de onde que
404 vem essa água que vai ser utilizada no caminhão pipa?” Lorena Soares
405 Cardoso Brito, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: “Essa informação não foi
406 apresentada, e a empresa... Tem alguém da empresa aí presente? Não.”
407 Conselheiro Roberto Soares Nogueira: “Eu gostaria de ajudar. Como o
408 empreendimento é do DEMAÉ, que é o Departamento de Águas da Cidade,
409 eu não vejo nenhum problema e que essa água possa vir de outras fontes. O
410 departamento é o empreendedor da estação de tratamento.” Conselheiro
411 Francisco Chaves Generoso: “Mas desde que a captação esteja
412 devidamente outorgada. Se for pelo DEMAÉ eu pressuponho que esteja
413 outorgada, agora, e se não for?” Lorena Soares Cardoso Brito, Diretoria
414 Técnica SUPRAM/ASF: “Isso pode ser objeto de uma condicionante, a
415 regularidade.” Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “Se a equipe puder
416 sugerir.” Lorena Soares Cardoso Brito, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF:
417 “Sim, talvez apresentar no prazo de dez dias a comprovação da regularidade
418 ambiental dessa captação da qual se origina a água do caminhão pipa.”
419 Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “Ok. Segundo ponto: a

420 propriedade que foi desapropriada para a implementação. Podemos
421 ultrapassar? A propriedade que foi desapropriada para a implantação da
422 ETE, ela foi desapropriada como um todo ou foi só uma parcela?” Fernanda
423 Assis Quadros, Diretoria de Controle Processual SUPRAM-ASF: “Uma
424 parcela, 15 hectares.” Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “Em relação
425 ao remanescente foi verificado a existência de Reserva Legal? Porque foi
426 invocado o dispositivo do Código Florestal dispensando de Reserva Legal,
427 mas como é só uma parte da propriedade que foi desapropriada, não é justo
428 que o restante fique sem Reserva Legal.” Fernanda Assis Quadros, Diretoria
429 de Controle Processual SUPRAM-ASF: “É o seguinte, essa propriedade ela
430 não, como é que eu te falo, ela está em fase de registro ainda, é uma
431 propriedade muito antiga que não foi registrada. Isso já foi informado para o
432 empreendedor que demais áreas da propriedade que não tenham sido
433 desapropriadas terão que demarcar reserva legal. Se houver necessidade, a
434 gente pode condicionar.” Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “Se
435 puder sugerir também, por gentileza. Só isso.” Fernanda Assis Quadros,
436 Diretoria de Controle Processual SUPRAM-ASF: “Eu sugiro que a gente
437 coloque como condicionante então que o empreendedor apresente, após
438 regularização do imóvel desapropriado, da área que não foi desapropriada,
439 do restante, apresente a Reserva Legal. Qual que seria o prazo?” Vilma
440 Aparecida Messias, Diretora de Controle Processual SUPRAM/ASF:
441 “Fernanda, vamos colocar a data para apresentar o CAR.” Fernanda Assis
442 Quadros, Diretoria de Controle Processual SUPRAM-ASF: “Concordo. Eu só
443 fico com dúvida com relação ao prazo porque está sendo verificada essa
444 questão, levantamento topográfico, tudo, o imóvel ainda não foi registrado
445 como um todo. Ok, então sessenta dias a partir da...” Conselheiro Francisco
446 de Assis Braga: “Eu tenho duas questões. Não foi apresentado no parecer
447 único, uma imagem que pudesse ser visualizada a distância ou entorno da
448 área, ou seja, assim, moradias, coisa dessa natureza. Então não pude
449 perceber qual é a distância, o que há no entorno, a distância de áreas
450 construídas, e aí uma segunda preocupação em função disso, que já vem
451 sido levantado aqui no Conselho, é a questão do odor. Como não é da minha
452 área do conhecimento, eu não sei se esse processo da estação provoca
453 muito odor o qual seria esse possível problema em termos de áreas
454 habitadas.” Lorena Soares Cardoso Brito, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF:
455 “Realmente não tem uma imagem da localização da ETE com uma visada de
456 cima, é talvez uma imagem de satélite, mas tem uma informação aqui no
457 item 3, caracterização ambiental, de que o distanciamento do bairro mais
458 próximo é superior a 01 quilômetro, isso foi verificado em vistoria, e com a
459 análise de imagem de satélite. E a edificação mais próxima é a sede da
460 Fazenda das Flores, cuja desapropriação de parte dela está a cerca de 600
461 metros do local da ETE. Então assim, em termos de afetar a população por
462 causa de emissão de odor, a gente pode ficar tranquilo.” Conselheiro

463 Francisco de Assis Braga: “Me parece que eu também li que o vento
464 predominante vai no sentido oposto, parece que está dito isso no parecer. A
465 gente só quer se acercar de garantias para no futuro próximo, a gente ter
466 aprovado um empreendimento que depois a comunidade vai vir reclamar,
467 como esse foi aprovado aqui, próximo da minha casa esse mau cheiro.”
468 Lorena Soares Cardoso Brito, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: “Sim,
469 inclusive tem barreira topográfica até ao centro, a área urbanizada e a área
470 mais populada, além da distância, você tem topografia.” Conselheiro
471 Francisco de Assis Braga: “Isso. O perímetro urbano está distante porque
472 uma coisa é a gente não ter ainda habitações ou bairros, mas de repente
473 qual é à distância do perímetro urbano do município de Campo Belo? Ou
474 seja, há a possibilidade de ampliação de novos bairros que venham ficar
475 próximo desse local?” Lorena Soares Cardoso Brito, Diretoria Técnica
476 SUPRAM/ASF: “Eu não sei te precisar a distância do perímetro urbano, mas
477 eu sei que assim, de núcleos populacionais está pelos menos um quilômetro
478 e meio. Indo lá na área, a impressão que a gente tem é que está a mais de
479 dois quilômetros o perímetro urbano, bem mais.” Conselheiro Francisco de
480 Assis Braga: “Está respondido, mas fica essa questão do odor. O sistema de
481 tratamento ele de certa forma previne a geração de odor ou não há nada...
482 Como eu estou dizendo, eu desconheço funcionamento de ETEs, Estações
483 de Tratamento de Esgoto, então eu não sei que tipo de tratamento, geração
484 de odor.” Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “Senhor Presidente, por
485 gentileza, só mais um esclarecimento. Parece que a Estação de Tratamento
486 de Esgoto tinha uma AAF, não é isso? Anteriormente? Eu só gostaria da
487 explicação dessa transição aí, porque era uma AAF agora foi convocado,
488 como é que foi?” Fernanda Assis Quadros, Diretoria de Controle Processual
489 SUPRAM-ASF: “Não, ele não foi convocado, ele tinha uma AAF com uma
490 capacidade inferior, ele não fez uso da AAF e entrou com o processo de LP
491 mais LI. Tanto é que a gente está condicionando a devolver a AAF.” Lorena
492 Soares Cardoso Brito, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: “Com relação à
493 emissão de odor, tem o sistema de queima do biogás gerado e tem a
494 limpeza de espuma, tem o tempo de recolher o lodo também que se gera
495 uma certa eficiência para não emitir odor, tem uma série de questões que
496 foram detalhadas aqui no parecer.” Conselheiro Francisco de Assis Braga:
497 “Então está relacionado com a gestão do empreendimento, ou seja, é preciso
498 ações de maneira que permitam que ele funcione adequadamente sem que
499 haja esse problema de geração de odor.” Lorena Soares Cardoso Brito: “Sim,
500 com a adequada operacionalização do sistema.” Conselheiro Francisco de
501 Assis Braga: “Ok, respondido.” Presidente José Oswaldo Furlanetto:
502 “Podemos então partir para a votação do processo? Item 6.1, entrando em
503 votação então com as duas propostas de condicionantes do Ministério
504 Público e acatadas pela SUPRAM, pelo que eu entendi. Conselheiro
505 Francisco Chaves Generoso: “Na verdade foram sugeridas, são

506 condicionantes sugeridas pela SUPRAM.” Presidente José Oswaldo
507 Furlanetto: “É, a proposta partiu do Ministério Pública, mas acatadas.”
508 Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “É, eu fiz uma advertência a
509 respeito do fato e a própria SUPRAM se comprometeu a apresentar as
510 condicionantes.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Entendido. Podemos
511 então colocar o processo em votação, aqueles Conselheiros que concordam
512 com o parecer de deferimento da SUPRAM Alto São Francisco permaneçam
513 como estão, aqueles contrários se manifestem.” Conselheiro Francisco
514 Chaves Generoso: “Abstenção do Ministério Público.” Presidente José
515 Oswaldo Furlanetto: “Processo aprovado com abstenção do Ministério
516 Público, com a inclusão das condicionantes.” Conselheiro Francisco Chaves
517 Generoso: “Considerando que o processo foi aprovado, eu só queria fazer
518 uma colocação”. Presidente José Oswaldo Furlanetto: “A vontade.”
519 Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “Percebi que o que foi licenciado
520 aqui foi o sistema de esgotamento sanitário como um todo, não é? Ou seja, a
521 estação de tratamento de esgoto, os interceptores e emissários elevatórios e
522 reversão de esgoto. Nós já tivemos oportunidade, nós do Ministério Público,
523 de fazer uma reunião com a SUPRAM, com o Município de Divinópolis, em
524 que ficou também externado esse mesmo posicionamento no sentido de que
525 o sistema de tratamento de esgoto tenha que ser licenciado como um todo, e
526 não separadamente ETE de emissários, interceptores, etc. Então que esse
527 seja o posicionamento inclusive para os demais empreendimentos de
528 sistema de esgotamento sanitário da região.” Presidente José Oswaldo
529 Furlanetto: “Fica registrada vossa colocação da qual eu concordo
530 plenamente. Passamos então para o próximo item da pauta. Processo
531 administrativo para exame de exclusão de condicionantes da licença de
532 operação. **7.1) Latino Curral Sul de Minas Ltda., preparação do leite e**
533 **fabricação de produtos de laticínios, Oliveira, Minas Gerais. PA Nº**
534 **00298/2000/004/2013, Classe 3. Apresentação SUPRAM Alto São**
535 **Francisco.** Presidente José Oswaldo Furlanetto: “A exclusão está sendo
536 acatada pela SUPRAM Alto São Francisco, o processo está em discussão,
537 não é isso, Vilma?” Conselheiro Roberto Soares Nogueira: “Eu estou de
538 acordo com a exclusão, mas gostaria de substituir a exclusão a uma
539 justificativa do empreendedor, constando de cinco itens, que justificam a
540 retirada da condicionante. Eu gostaria que fosse anexados ao processo a
541 exigência de que esses cinco itens sejam cumpridos, porque senão a gente
542 tira a condicionante e depois o que acontecer vai acontecer. Então eu acho
543 que nós tínhamos que pedir que aqueles cinco itens sejam cumpridos, que
544 eles não fiquem só na proposta.” Helena Botelho de Andrade, Diretoria
545 Técnica SUPRAM/ASF: “Concordo.” Conselheiro 2º Ten. PM Luciano
546 Marcelo de Oliveira: “A exclusão da condicionante é possível afirmar que
547 durante o processo de funcionamento do empreendimento, durante a
548 vigência da licença, os níveis continuarão abaixo do limite?” Helena Botelho

549 de Andrade, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: “A condicionante excluída é
550 para o sistema de cata fuligem, não terá exclusão do automonitoramento da
551 caldeira, então vai continuar sendo feito, deve continuar sendo feito.”
552 Conselheiro 2º Ten. PM Luciano Marcelo de Oliveira: “Outra situação, consta
553 que ele apresentou o cumprimento de uma das condicionantes durante a
554 vistoria, e consta que ele será autuado pelo descumprimento. Então houve o
555 descumprimento de uma condicionante, no entender da equipe.” Helena
556 Botelho de Andrade, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: “Essa condicionante,
557 só um minuto que eu vou achar para...” Conselheiro Francisco Chaves
558 Generoso: “Aproveitando o ensejo já inserir uma dúvida minha, se já houve
559 essa autuação.” Helena Botelho de Andrade, Diretoria Técnica
560 SUPRAM/ASF: “A condicionante número sete: apresentar cópia do protocolo
561 de envio de declaração de carga poluidora, a qual devia ter sido
562 encaminhada à FEAM conforme DN conjunta, COPAM 01/2008 e resoluções
563 CONAMA 357 e 430. Em vistoria, a responsável pelo empreendimento
564 apresentou essa declaração de carga poluidora, no entanto, ela não havia
565 sido protocolada na SUPRAM, como pede na condicionante. Então foi o que
566 eu expliquei, ela declarou, mas de fato não cumpriu, mas atualmente ela
567 enviou com atraso esta cópia a SUPRAM, e o empreendimento ele foi
568 autuado por descumprir com atraso. Por cumprir com atraso a
569 condicionante.” Conselheiro Marcelo Ferreira Guimarães: “A empresa tem
570 uma pendência no Cadastro Técnico Federal por falta de apresentação de
571 relatórios da lei 10.165, então gostaria de sugerir a inclusão da condicionante
572 padrão: apresentar Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico
573 Federal, CTF do IBAMA, prazo trinta dias.” Helena Botelho de Andrade,
574 Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: “Concordo.” Presidente José Oswaldo
575 Furlanetto: “Alguém mais? Processo em discussão, alguém mais?”
576 Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “É só para, Marcelo, a condicionante 12 é
577 justamente essa aí, apresentar comprovante de Cadastro Técnico Federal,
578 CTF do IBAMA, prazo trinta dias. Número 12 é essa condicionante. É o que
579 está aqui.” Helena Botelho de Andrade, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: “A
580 condicionante número 12 ela foi cumprida, mas acho que o Conselheiro quer
581 dizer que agora ela não está vigente, certo. Então penso que a condicionante
582 deve ser mantida, a proposta da condicionante.” Presidente José Oswaldo
583 Furlanetto: “Algum Conselheiro mais queira se pronunciar? A respeito queria
584 pedir para o Conselheiro Roberto para ele dar uma redação da condicionante
585 proposta.” Conselheiro Roberto Soares Nogueira: “Eu posso ler o quê que é
586 que nós precisamos exigir em troca da retirada da condicionante.” Presidente
587 José Oswaldo Furlanetto: “Conselheiro Roberto, só um segundo, por favor.”
588 Conselheiro Roberto Soares Nogueira: “Porque fica gravado já de uma vez.”
589 Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Não, mas uma questão de ordem aqui,
590 a Vilma está me orientando aqui a fazer a votação primeiro do processo,
591 para depois, da exclusão da condicionante requerida pelo empreendedor, e

592 após isso o senhor leria com a condicionante, pode ser?” Conselheiro
593 Roberto Soares Nogueira: “Eu acho que não deve, por que vai dizer que a
594 proposta que eu estou fazendo não tenha votação adequada, então retiro a
595 condicionante e fica sem segurança? Vamos garantir primeiro aqui depois
596 retira a condicionante.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Não, a
597 proposta era para que Vossa Senhoria lesse após a votação. Conselheiro
598 Roberto Soares Nogueira: “Tem que ser após?” Presidente José Oswaldo
599 Furlanetto: “É, mas pode fazer a leitura, sem problemas, não vai alterar o
600 resultado. Conselheiro Roberto Soares Nogueira: “Pois não. O
601 empreendedor ele justifica que as baixas emissões de material particular da
602 caldeira são fruto dos seguintes itens: 1, operação adequada do
603 equipamento; 2, o uso de um bom combustível com tamanho apropriado ao
604 tamanho da câmara de combustão da caldeira; 3, as frequentes limpezas
605 internas da tubulação da caldeira por onde passam os gases quentes; 4, o
606 tratamento da água utilizada na caldeira; 5, exaustor bem dimensionado para
607 realizar a mistura ideal de oxigênio e combustível dentro da câmara de
608 combustão. Então, eu acho que nós podemos aprovar essa retirada de
609 condicionante, mas devemos exigir que esses itens que ele está justificando
610 a retirada, sejam cumpridos.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Agora
611 sim partimos para a votação do processo, da exclusão da condicionante.
612 Processo em votação, exclusão da condicionante requerida pelo
613 empreendedor. Aqueles Conselheiros que concordam com a exclusão da
614 condicionante permaneçam como estão, os contrários se manifestem.”
615 Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “Abstenção do Ministério Público
616 porque nós nos manifestamos pelo indeferimento da licença de operação
617 corretiva na época.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Processo então
618 aprovado, excluída a condicionante requerida pelo empreendedor. Agora
619 passamos à votação da condicionante sugerida pelo Conselheiro Roberto.
620 Aqueles Conselheiros que concordam com a inclusão permaneçam como
621 estão, os contrários se manifestem.” Conselheiro Francisco Chaves
622 Generoso: “Abstenção pelos mesmos motivos.” Presidente José Oswaldo
623 Furlanetto: “Aprovada a inclusão da condicionante proposta pelo Conselheiro
624 Roberto com abstenção do Ministério Público. Partimos agora para a
625 inclusão da condicionante proposta pelo Conselheiro Marcelo do IBAMA.
626 Aqueles Conselheiros que concordam com essa inclusão permaneçam como
627 estão, os contrários se manifestem.” Conselheiro Francisco Chaves
628 Generoso: “Também abstenção do Ministério Público.” Presidente José
629 Oswaldo Furlanetto: “Condicionante também incluída com abstenção do
630 Ministério Público. Processo então aprovado, passamos então para o
631 próximo ponto de pauta.” **8) Processo administrativo para exame de**
632 **alteração, agora para inclusão de condicionantes de revalidação de**
633 **licença de operação.** Presidente José Oswaldo Furlanetto: “ Mas é
634 alteração, exclusão e/ou inclusão, mas é para inclusão, não é isso? Processo

635 em discussão.” Vilma Aparecida Messias, Diretora de Controle Processual
636 SUPRAM/ASF: “Destaque da SUPRAM.” Conselheiro Francisco Chaves
637 Generoso: “Destaque Ministério Público.” Conselheiro Giovanardi Marco
638 Alves: “Destaque SEDRU.” Conselheiro 2º Ten. PM Luciano Marcelo de
639 Oliveira: “Destaque PMMG.” Eugênia Teixeira, Diretoria Técnica
640 SUPRAM/ASF: “Nosso destaque é para solicitar alteração no item 5, anexos,
641 saiu como Licença de Operação Corretiva, na verdade é uma revalidação de
642 Licença de Operação. Então solicitar a alteração em todos os itens do anexo
643 5. O anexo do item 5, anexos, no item 1, no anexo 1, no anexo 2, onde
644 constar ‘Licença de Operação Corretiva’, deverá constar ‘revalidação de
645 Licença de Operação’. ” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Destaque
646 Ministério Público”. Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “Eu só queria
647 recapitular rapidamente o que aconteceu em relação a esse processos. O
648 empreendedor teve o pedido de revalidação de licença indeferido, com o
649 parecer da SUPRAM pelo indeferimento. Interpôs um recurso. O parecer da
650 SUPRAM também foi pela manutenção do indeferimento e o Conselho achou
651 por bem conceder a licença. Na oportunidade, se eu não estou enganado, e
652 os Conselheiros me corrijam, por favor, o fundamento que foi utilizado para a
653 concessão da licença então foi de que posteriormente à sugestão de
654 indeferimento o empreendedor teria se regularizado. E como ele
655 eventualmente faria jus a uma licença posterior, que já seria concedida, essa
656 licença, por economicidade e etc. Então o fundamento utilizado era de que
657 posteriormente ao indeferimento ele se regularizou totalmente e o
658 empreendimento estava apto, portanto, a continuar operando. Ocorre que, foi
659 feita uma vistoria também para essa reunião, e nessa vistoria foram
660 identificadas algumas irregularidades que no meu ponto de vista são graves.
661 O que reflete que na verdade o empreendedor não se regularizou a ponto de
662 fazer jus à concessão dessa licença que foi concedida contrariamente ao
663 parecer da SUPRAM, em sede de recurso. E aí eu chamo atenção para o
664 que está nas folhas 06, diz que por ocasião da vistoria foi constatado que um
665 galpão com lançamento de efluentes sem tratamento em solo, e após
666 tratamento em área de preservação permanente. Então o quê que eu
667 constatei disso tudo? O empreendedor teve a sua licença indeferida, avia um
668 recurso, sob o argumento de que já estava regular, o Conselho de boa-fé,
669 entendendo que estava realmente regular, concedeu a ele uma licença. E
670 mesmo assim, sabendo que possivelmente haveria uma vistoria para
671 estipulação de condicionantes, o empreendedor não se preocupou sequer
672 em regularizar essa questão do despejo de efluentes sem tratamento e em
673 área de preservação permanente. E aí em razão disso ele foi autuado pelo
674 lançamento de efluentes líquidos industriais em solo e em área de
675 preservação permanente. Eu pergunto aos senhores: da mesma forma que
676 foi dado provimento a um recurso, concedendo-se a licença, pergunto aos
677 senhores se em razão disso ficando absolutamente constatado que talvez o

678 Conselho tenha sido induzido a erro, se não é o caso de nós nos valermos
679 aqui do que dispõe o artigo 19 da CONAMA 237, e suspender a licença até
680 que a questão seja regularizada. E aí eu não sei se procedimentalmente
681 também isso é possível, sem que tenha sido pautado, mas eu quero colocar
682 essa discussão para o Conselho nesse sentido. Os senhores se recordam
683 que houve uma discussão, uma ampla discussão a respeito desse processo,
684 os Conselheiros entenderam por bem, o corpo técnico, inclusive. Mas me
685 parece que houve uma indução a erro então, por parte do Conselho, que
686 votou sob o fundamento de que o empreendedor estaria totalmente
687 regularizado após o indeferimento da licença. Quero deixar bem claro que o
688 Ministério Público, naquela oportunidade, se manifestou pelo indeferimento
689 da licença, mas eu estou dizendo que o Colegiado aprovou.” Conselheiro
690 Marcelo Ferreira Guimarães: “Faço minhas as suas palavras, Doutor
691 Francisco. Quero manifestar que o IBAMA também votou na época pelo
692 indeferimento, e quero parabenizar a SUPRAM pelo relatório de vistoria
693 agora feito. E uma sugestão, que quando tiver esses processos, pedido de
694 reconsideração, que seja feita uma vistoria prévia antes, que se isso tivesse
695 acontecido com certeza esse processo não tinha sido deferido.” Conselheiro
696 2º Ten. PM Luciano Marcelo de Oliveira: “Também faço as minhas palavras
697 do Ministério Público e do IBAMA. Também pelo que eu recorro na reunião
698 Polícia Militar foi pelo indeferimento. Não acho que é justificável o
699 empreendedor entrar com um recurso, sendo que ele estava causando
700 degradação. A equipe de vistoria constatou isso em campo, foi muito
701 importante, concordo com houve uma certa indução aqui ao erro, e caso seja
702 possível, mantenho o voto pelo indeferimento da revalidação da licença.”
703 Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “Faço coro aos meus companheiros, e
704 gostaria de frisar que primeiro erro material nas coordenadas, longitude está
705 40 graus. Acredito que seja 45, até gostaria dessa confirmação. E segundo,
706 algumas perguntas: quando fala que foi realizado o lançamento de efluente
707 com tratamento em APP, esta APP é uma lagoa que tem dentro do
708 empreendimento?” Eugênia Teixeira, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: “É
709 posterior à lagoa. É um barramento, na verdade, um barramento do curso
710 d’água, e posterior a e esse barramento tem essa área de APP que é a
711 continuidade do curso d’água.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “Então
712 o efluente supostamente tratado, foi lançado a jusante desse barramento?”
713 Eugênia Teixeira, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: “A questão é que nesse
714 mesmo galpão existe um sistema de tratamento só que ele é parcial, parte
715 do efluente lançado diretamente em solo e parte dele passa por esse
716 tratamento e segue para essa área de preservação permanente.”
717 Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “Ok. Existe algum monitoramento
718 quanto a metais pesados desse manancial, desta calha hídrica?” Eugênia
719 Teixeira, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: “Então, a questão do auto
720 monitoramento. Durante o processo de Licença de Operação, não foi

721 cumprido o automonitoramento do efluente conforme tinha sido condicionado
722 na licença. O que a gente tem de informação é do parecer da FEAM, à
723 época, que constava, até tem um trecho aqui que eu coloquei nesse parecer,
724 que constava que algumas áreas eram consideradas com alta quantidade de
725 alguns metais pesados. Mas a gente não tem essa informação porque o
726 automonitoramento não foi cumprido pelo empreendedor.” Conselheiro
727 Giovanardi Marco Alves: “Então eu vejo aqui um potencial risco, nós estamos
728 lidando aqui com uma indústria de fogos de artifícios, que lida com metais
729 pesados. Foi feito, conforme o parecer tanto o lançamento em solo quanto
730 em APP, e gostaria de sugerir, já que estamos tratando aqui com a
731 possibilidade de inclusão de condicionante, de estarmos monitoramento
732 semestralmente a jusante a água bruta, a jusante desse barramento para
733 verificar a qualidade dessa água, se atende aos parâmetros da portaria. Os
734 quesitos PH, DBO, DQO, metais pesados, sólidos em suspensão.” Eugênia
735 Teixeira, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: “Eu acho pertinente, mas a
736 questão que a gente solicitou aqui é adequação do sistema de tratamento,
737 porque nesse empreendimento especificamente, ele tem alguns tanques
738 próximas aos galpões onde há essa geração de efluente, para
739 armazenamento temporário, e posterior encaminhamento para a ETE. O que
740 a gente solicitou como condicionante foi adequação desse sistema para que
741 não haja qualquer lançamento de efluente nesse corpo d'água, mas se for
742 interessante eu acho que é pertinente a colocação da condicionante.”
743 Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “Nós estamos revalidando uma licença
744 de operação, ok? Ele teve o prazo necessário para adequar ao sistema da
745 ETE dele, ok? Uma vez não cumprida, acho que nós poderíamos condicionar
746 o monitoramento da calha hídrica do manancial a jusante do barramento.”
747 Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Perdão, Conselheiro, a revalidação já
748 ocorreu na reunião do COPAM anterior, hoje estamos tratamento de inclusão
749 de condicionantes responsabilmente propostas pela SUPRAM.” Conselheiro
750 Giovanardi Marco Alves: “ “Gostaria de além desta incluir mais essa
751 condicionante.” Eugênia Teixeira, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: “Só
752 deixar claro que após essa adequação solicitada em condicionante não
753 haverá qualquer lançamento em corpo d'água.” Vilma Aparecida Messias,
754 Diretora de Controle Processual SUPRAM/ASF: “Eugênia, só me esclarece
755 um ponto: hoje o empreendimento ele está degradando?” Eugênia Teixeira,
756 Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: “O que a gente solicitou a gente lavrou o
757 auto de infração, e neste auto de infração a gente solicitou a apresentação
758 de um cronograma de desativação do empreendimento, visto que é uma
759 fábrica de fogos, e devido a natureza do material ele é armazenado, a gente
760 não pode simplesmente suspender a atividade em ocasião ali da vistoria, e a
761 gente solicitou esse, a apresentação desse cronograma ou a comprovação
762 de que a degradação tivesse disso cessada. Porém o empreendimento ainda
763 está dentro do prazo e eu não sei informar se algum procedimento foi

764 tomado, se alguma atitude foi realizada na área.” Vilma Aparecida Messias,
765 Diretora de Controle Processual SUPRAM/ASF: “Então a minha sugestão
766 como Vilma Diretora de Controle Processual, seria baixar esse item em
767 diligência para a gente poder verificar essa questão. Porque como que nós
768 vamos manter essa revalidação se o empreendimento está degradando? A
769 gente não sabe se ele vai apresentar esse cronograma dentro do prazo, aí
770 depois a gente vê como que a gente faz, se a gente encaminha esse
771 processo para cancelamento da licença.” Conselheiro Francisco Chaves
772 Generoso: “Eu também preciso de um encaminhamento. Antes só deixar
773 claro o que dispõe o artigo 19, da 237, da CONAMA 237, diz o seguinte: ‘O
774 órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar
775 as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou
776 cancelar uma licença expedida, quando ocorrer.’ E aqui me parece que tem
777 enquadramento em duas hipóteses, violação ou inadequação de quaisquer
778 condicionantes ou normas legais, está claro, tanto que foi autuado, e a
779 terceira, superveniência de graves riscos ambientais e de saúde, o que
780 também me parece que tem enquadramento. Então existe pelo menos
781 hipótese normativa para que haja uma eventual análise de suspensão ou
782 cancelamento da licença. E desde já, eu enquanto Conselheiro, estou
783 provocando então o Órgão Ambiental para que paute esse item para que nós
784 enquanto Conselho possamos analisar. Agora, a preocupação é: ainda que
785 seja pautado para a próxima reunião um pedido de eventual suspensão ou
786 cancelamento da licença, nesse mês como que vai ficar a situação do
787 empreendimento. O que eu estou entendendo é que houve uma autuação e
788 foi imposto um cronograma de desativação. Então é como se tivesse havido
789 uma suspensão das atividades, mas como não pode suspender
790 imediatamente ele tem um prazo para poder paralisar a atividade, é isso?”
791 Fernanda Assis Quadros, Diretoria de Controle Processual SUPRAM-ASF:
792 “Sim, só que eu acho que o Doutor Francisco e a Vilma estão falando de
793 coisas diferentes. Isso aqui é uma exclusão e inclusão de condicionante, a
794 gente baixar isso aqui em diligência, ele vai continuar com a revalidação dele
795 vigente e com as condicionante anteriores que é mais temeroso ainda por
796 que ele vai estar vigente as condicionantes que foram julgadas na última
797 licença. Então a nossa sugestão é que seja votado isso aqui e que na
798 próxima reunião traga a sugestão do Doutor Francisco de suspensão,
799 cancelamento?” Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “De colocar em
800 deliberação para o Conselho uma eventual suspensão ou cancelamento, se
801 assim for o entendimento do Órgão. Eu só estou provocando o órgão para
802 que analise isso, não estou dizendo que vai suspender ou que vai cancelar,
803 mas que analise, porque isso tem que ser pautado, enfim. Então, Fernanda,
804 pelo que eu estou entendendo, seria a votação dessas condicionantes, ou
805 seja, seria para mitigar o mal maior.” Fernanda Assis Quadros, Diretoria de
806 Controle Processual SUPRAM-ASF: “Mais ou menos, baixar em diligência,

807 exclusão e inclusão de condicionante não vai fazer com que ele perca a
808 licença dele. E ele está com as condicionantes que estão vigentes são as
809 condicionantes da licença anterior. Então muitas condicionantes aqui, como
810 vocês viram, foram modificadas, eu acredito que tem que ser votado isso
811 aqui exatamente para evitar o mal maior, e depois nós trazemos a sugestão
812 que o senhor deu.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Uma questão de
813 ordem, só a título de esclarecimento, o item tem que ser colocado em
814 votação, independente de algumas propostas posteriores. E a outra
815 alternativa que é a prerrogativa da presidência, baixar em diligência. E o item
816 08 ele vai ser colocado em votação, por quê? Porque entendimento meu,
817 responsabilmente da SUPRAM vem com condicionantes para mitigar
818 justamente a degradação ocorrida neste período. Então ele tem que colocar
819 isso em votação e vai ser colocado, mas continua em discussão.”
820 Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “Então de qualquer forma, até
821 porque eu me manifestei pelo indeferimento da licença, eu vou me abster.
822 Mas eu gostaria de sugerir alguns outros aspectos que podem talvez gerar
823 uma maior segurança. Essas condicionantes que estão sendo estipuladas
824 agora então, mitigariam um impacto ambiental no decorrer desse mês, um
825 pouco. Mesmo assim, Tenente, então eu até provocaria também a
826 corporação, para que faça diligências rotineiras durante esse mês no
827 empreendimento, para que contenha também a degradação ambiental nesse
828 período. E aí em uma próxima oportunidade, já na próxima reunião, se
829 possível, a gente analisa um eventual pedido, uma eventual análise do
830 Órgão Ambiental e de suspensão ou cancelamento da licença na medida em
831 que, repito, me parece que os Conselheiros foram induzidos a erro em
832 relação a satisfatoriedade ou não ambiental do empreendimento.”
833 Conselheiro 2º Ten. PM Luciano Marcelo de Oliveira: “Será feita a
834 fiscalização.” Conselheiro Marcelo Ferreira Guimarães: “Lembrando que o
835 voto do IBAMA também foi acompanhando o parecer da SUPRAM, mas
836 como medida mitigadora em função do que mostra a foto 10 do relatório aí,
837 depósito de bombonas e galões vazios e sucatas metálicas a céu aberto,
838 isso propiciando uma questão de doenças, inclusive da dengue, eu gostaria
839 de sugerir uma condicionante: proceder a cobertura imediata desse depósito,
840 do depósito de bombonas e galões vazios, sucatas não metálicas.” Eugênia
841 Teixeira, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: “A gente na condicionante quinze
842 solicitou a instalação de armazenamento temporário de resíduos sólidos,
843 com devida separação e segregação. Mas nós colocamos com o prazo de
844 trinta dias. Se o Conselho entender que é interessante a redução desse
845 prazo, acho que a gente poderia manter essa condicionante, e diminuir o
846 prazo.” Conselheiro Marcelo Ferreira Guimarães: “É, acho que tem que ser
847 imediato em função aí do período chuvoso a questão da dengue aí isso aqui
848 é um prato cheio.” Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “Veja a
849 situação, nós estamos um pouco refém aqui do caso, pelo menos do ponto

850 de vista administrativo. Porque existe essa irregularidade apontada pelo
851 Marcelo, houve queima de lixo, houve despejo de efluentes em área de
852 preservação permanente, e aí? O empreendedor está lá com a licença, dele
853 nós estamos votando aqui só exclusão ou inclusão de condicionante, por
854 isso é que eu estou independentemente da questão administrativa estou
855 solicitando o apoio da Polícia Militar porque aí as questões criminais podem
856 ser analisadas sob outro aspecto também, assim como as questões cíveis.
857 Agora, acho, e também quero aderir à proposta dos colegas, no sentido de
858 que seja feita realmente uma vistoria sempre que for submetido a julgamento
859 algum recurso porque realmente isso aqui pelo menos a gente supõe que
860 teria alguma repercussão no julgamento.” Conselheiro Lucélio Nativo
861 Assunção: “Eugênia, é para você. Pelo que você falou agora, recente, só a
862 segregação e a separação dos resíduos sólidos, gerenciamento dos resíduos
863 sólidos, não garante que vai ser coberto, se for do jeito que você falou, não
864 garante que vai ser coberto. A preocupação do Marcelo é pertinente, então
865 tem que fazer o gerenciamento de resíduos sólidos, mas essa área deve ser
866 devidamente coberta, por se tratar de bombonas e toda essa preocupação
867 que o Marcelo falou, ok?” Eugênia Teixeira, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF:
868 “Ok.” Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “O prazo que foi dado para a
869 desativação do empreendimento qual que foi?” Eugênia Teixeira, Diretoria
870 Técnica SUPRAM/ASF: “Dez dias.” Conselheiro Francisco Chaves
871 Generoso: “A vistoria foi que dia?” Eugênia Teixeira, Diretoria Técnica
872 SUPRAM/ASF: “Então, aí que houve um pequeno problema, em ocasião da
873 vistoria a gente não conseguiu lavrar auto de infração por que o nosso bloco
874 havia finalizado e a gente não tinha essa informação. Então eu posso olhar
875 ali a data de lavratura, só um minutinho.” Conselheiro Francisco Chaves
876 Generoso: “De qualquer forma esse parecer é publicado com dez dias, no
877 parecer já fazia menção à autuação, então provavelmente já tem dez dias.”
878 Eugênia Teixeira, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: “É porque ele foi
879 encaminhado via Correio.” Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “É a
880 partir do recebimento?” Eugênia Teixeira, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF:
881 “Sim, pelo que eu verifiquei ontem no site dos Correios, ele demorou sete
882 dias para chegar, ele foi encaminhado eu acho que dia 11 e o
883 empreendimento recebeu esse auto de infração ontem. Sete dias, então o
884 prazo dele, contaria a partir de ontem.” Conselheiro Francisco Chaves
885 Generoso: “É mais um elemento para a polícia também, não é? Investigar.”
886 Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Algum Conselheiro ainda? Está em
887 discussão. Então veja bem, eu queria antes de colocar o processo em
888 votação, que o Giovanardi, não é isso? Da SEDRU, mostrasse a proposta de
889 redação da condicionante proposta.” Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Deixa
890 eu só posicionar sobre a solicitação do Giovanardi, porque se o
891 empreendimento vai recircular toda a água, não tem porque onerar o
892 empreendedor para fazer um monitoramento de um curso d'água que ele

893 não vai lançar. Não via ter lançamento, vai ser igual às meninas falaram, vai
894 ser recirculado, vai ser armazenado em um taque para ser recirculado igual
895 estava dizendo até no parecer aqui, não há necessidade de se fazer um
896 monitoramento se não há lançamento. Então eu acho que não seria
897 necessária essa condicionante não.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “O
898 lançamento já ocorreu, apesar que no parecer fala que foi feito o lançamento
899 com tratamento, ele já ocorreu.” Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Se já
900 ocorreu então pode solicitar um monitoramento para ver se afetou alguma
901 coisa. Agora você botar a pessoa para monitorar de seis e seis meses sendo
902 que não vai haver mais lançamento não há sentido.” Conselheiro Giovanardi
903 Marco Alves: “Ok, então nós estamos aqui com uma situação dúbia, porque
904 houve o lançamento, falo no parecer com tratamento, foi feito um lançamento
905 que possivelmente pode ser tanto para abastecimento humano quanto
906 dessedentação animal, nós estamos falando aqui de metais pesados, nós
907 estamos falando sobre o potencial risco da presença de metais pesados
908 nesta água. Eu gostaria, se não como condicionante, sugerir a quem de
909 direito fazer uma análise deste manancial.” Conselheiro Francisco Chaves
910 Generoso: “Em razão de um risco de contaminação?” Conselheiro
911 Giovanardi Marco Alves: “Potencial risco, potencial risco de contaminação,
912 estamos lidando aqui com metais pesados que são bioacumuladores.”
913 Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “Não existe nenhum instrumento,
914 assim como existe, por exemplo, autorização provisória de operação, licença
915 *ad referendum*, etc., para operar. Não existe nenhum procedimento cautelar
916 no âmbito administrativo para poder suspender liminarmente a licença?”
917 Vilma Aparecida Messias, Diretora de Controle Processual SUPRAM/ASF:
918 “O meu posicionamento anterior foi justamente por isso, porque quando a
919 equipe foi na área ela verificou e o inciso aqui ele é claro, superveniência de
920 grandes riscos ambientais e de saúde. Isso poderia ter ensejado um
921 cancelamento de licença, por isso que a minha sugestão naquele momento
922 era para baixar o processo em diligência.” Eugênia Teixeira, Diretoria
923 Técnica SUPRAM/ASF: “Mas minha dúvida é essa, a licença vai ser cassada
924 hoje? O empreendimento vai operar até que seja decidido com quais
925 condicionantes a serem cumpridas?” Vilma Aparecida Messias, Diretora de
926 Controle Processual SUPRAM/ASF: “Porque o artigo 19 ele fala que o órgão
927 ambiental competente mediante decisão motivada. Então o próprio órgão ele
928 poderia sim cancelar essa licença, considerando superveniência de graves
929 riscos ambientais e de saúde. E como que nós íamos cancelar? Nós iríamos
930 cancelar essa licença, e ele ia apresentar o cronograma de desativação
931 porque ele não pode parar de uma hora para outra. Esse seria o meu
932 raciocínio, eu não sei se o Conselho ou a própria equipe pode me ajudar a
933 ter outro.” Fernanda Assis Quadros, Diretoria de Controle Processual
934 SUPRAM-ASF: “Mesmo que seja cassada a licença, Vilma, isso aqui é um
935 adendo para a condicionante, eu entendo que ele não precisa ser baixado

936 em diligência. O que a gente precisa fazer, até porque o empreendimento
937 está em tempo hábil para apresentar o cronograma de desativação. Eu
938 entendi que a gente tem que votar isso, e o órgão ambiental toma
939 providências quanto à cassação da licença. Lembrando que isso aqui não é
940 licença, nós estamos julgando o adendo de exclusão e inclusão e alteração
941 de condicionante. Se fosse a licença eu concordaria talvez de baixar em
942 diligência para tomar alguma outra atitude, mas como é um adendo, eu não
943 concordo, nem eu nem toda a equipe do processo.” Conselheiro Francisco
944 Chaves Generoso: “Vamos só entender aqui o seguinte, independentemente
945 dessa votação aqui de condicionante ou não, de agora. Acabou essa
946 reunião, meio dia na SUPRAM a própria SUPRAM pode suspender
947 liminarmente a licença, e depois submeter isso ao Conselho motivadamente?
948 Então eu acho que a gente deveria enquanto Conselho provocar a SUPRAM
949 para fazer isso.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “A título de
950 esclarecimento, eu concordo com a Doutora Fernanda, nós temos que
951 colocar em votação a inclusão das condicionantes vindas da SUPRAM,
952 responsabilmente, repito, porque para se tratar de cancelamento teria que
953 estar na pauta, teria que ter vindo da SUPRAM a proposta de cancelamento
954 de licença e estar na pauta. Como não está não cabe aqui discussão de
955 cancelamento hoje, agora. Então a gente deve sim votar as condicionantes
956 vindas da SUPRAM e as propostas pelos Conselheiros, e motivadamente,
957 como colocou o Ministério Público, a responsabilidade também do Conselho
958 motivar o órgão ambiental competente, que é a SUPRAM Alto São
959 Francisco, para que trabalhe o cancelamento da licença da empresa para a
960 próxima pauta, ok? Então a gente vai, não tendo mais nenhum Conselheiro.
961 Não sei se você acatou a proposta da FIEMG, do Túlio de retirar a proposta
962 de condicionante, não entendi.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves:
963 “Gostaria de propor a condicionante sim.” Presidente José Oswaldo
964 Furlanetto: “Ah tá, então eu queria que você fizesse então a proposta de
965 redação para que a gente vote.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “Local
966 de amostragem, o efluente ele foi lançando em um ponto em APP, ok? O
967 local de amostragem seria esse ponto, tá? Parâmetros PH, temperatura,
968 sólidos totais, sólidos em suspensão, sólidos sedimentáveis, DQO, DBO,
969 alumínio, antimônio, bário, cobre, chumbo, estrôncio, níquel, sulfatos e
970 detergentes. Frequência de análise semestral.” Conselheiro Túlio Pereira de
971 Sá: “Eu só queria deixar claro que eu não sou contra a condicionante dele,
972 eu sou contra você ter um monitoramento semestral se não vai haver
973 lançamento. Concordo que tem que ter o monitoramento para ver se teve
974 algum impacto, agora, se continuar mantendo de seis em seis meses, fiz
975 análise, mostrou que não tem impacto, mostrar de seis em seis meses, fiz
976 análise, mostrou que não tem impacto, se a amostragem de seis em seis
977 meses se a pessoa não lança mais nada lá não tem sentido uma coisa
978 dessa. É só isso que eu sou contra. A condicionante concordo, tem que ver

979 se teve algum impacto porque houve lançamento, mas como já foi proposto
980 nas condicionantes um local para armazenamento não lançamento,
981 reaproveitamento de tudo, eu não concordo só em simplesmente manter um
982 monitoramento semestral sendo que não vai haver mais lançamento disso aí,
983 entendeu? É só isso.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “Torno a repetir,
984 nós estamos lidando aqui com uma revalidação de Licença de Operação, o
985 empreendedor teve seis anos para se adequar, o quê que me garante que
986 ele realmente vai se adequar à única aplicação da condicionante no parecer?
987 Não sei.” Fernanda Assis Quadros, Diretoria de Controle Processual
988 SUPRAM-ASF: “E pelo histórico do empreendimento eu acho interessante
989 até pelo princípio da precaução incluir essa condicionante caso o
990 empreendedor entenda necessário, depois ele faz o pedido da exclusão.”
991 Conselheiro Marcelo Ferreira Guimarães: “Voltando à condicionante quinze,
992 essa norma da ABNT 10.004, eu gostaria de um esclarecimento se ela
993 propõe esse armazenamento em local coberto. Caso contrário, aí incluir a
994 questão da cobertura na condicionante.” Presidente José Oswaldo
995 Furlanetto: “A diretoria técnica pode esclarecer?” Eugênia Teixeira, Diretoria
996 Técnica SUPRAM/ASF: “Esse ponto específico da NBR a gente não sabe
997 esclarecer. Eu acho então importante a gente colocar esse ponto aqui na
998 condicionante para resguardar nesse sentido.” Conselheiro Marcelo Ferreira
999 Guimarães: “A minha sugestão então seria instalar sistema coberto de
1000 armazenamento temporário, colocar um coberto aí, por via das dúvidas.”
1001 Eugênia Teixeira, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: “A gente concorda.”
1002 Conselheiro 2º Ten. PM Luciano Marcelo de Oliveira: “Senhor Presidente,
1003 quanto à degradação observada na vistoria, embora não é o objeto de
1004 análise do parecer único, o que está sendo visto aqui pode valer como
1005 origem para que o órgão ambiental faça a cassação ou suspensão da
1006 licença?” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Com certeza, o órgão
1007 competente, a SUPRAM, no caso, teria que ter a motivação para trabalhar
1008 em cima do cancelamento da Licença de Operação.” Conselheiro 2º Ten. PM
1009 Luciano Marcelo de Oliveira: “Sim, seria em cima então da ata da reunião.”
1010 Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Pode partir sim essa motivação pode
1011 partir sim hoje e agora, e está constado em ata, porque não.” Fernanda Assis
1012 Quadros, Diretoria de Controle Processual SUPRAM-ASF: “Lembrando que a
1013 gente está aguardando o cronograma de desativação.” Vilma Aparecida
1014 Messias, Diretora de Controle Processual SUPRAM/ASF: “Só para
1015 esclarecer, a SUPRAM não tem que ser motivada, o órgão ambiental ele tem
1016 que suspender ou cancelar uma licença com uma decisão motivada, a
1017 decisão da SUPRAM que tem que ser motivada, por algum motivo, e esse
1018 motivo foi essa vistoria que eles constataram esse risco.” Presidente José
1019 Oswaldo Furlanetto: “Falei motivada, não foi provocada não.” Conselheiro
1020 Francisco Chaves Generoso: “Bom, eu estou sinceramente eu estou um
1021 pouco confuso até porque é uma situação bem peculiar. Eu fico imaginando

1022 o seguinte, se a SUPRAM vai se comprometer, não sei se isso vai ser feito
1023 ainda, mas se a SUPRAM se comprometer a suspender ou cancelar essa
1024 licença o quanto antes, imediatamente que seja, eu fico pensando assim
1025 também: qual que é a relevância ou a validade da gente julgar agora pela
1026 manhã condicionantes de uma licença que vai ser suspensa? Porque isso vai
1027 servir para o empreendedor argumentar, ele vai dizer: 'Uai, mas
1028 suspenderam a minha licença à tarde e votaram condicionante da licença
1029 suspensa de manhã?'. Então aí isso vai depender da própria agilidade do
1030 órgão ambiental, se o órgão ambiental disser: 'Não, nós vamos suspender a
1031 licença hoje.', aí eu acho que é caso de retirar de pauta ou baixa em
1032 diligência, entenderam qual que é o sentido? Só estou colocando isso para a
1033 discussão." Presidente José Oswaldo Furlanetto: "Doutor Francisco, é bom
1034 que fique claro também que esse processo ele está com licença porque o
1035 COPAM assim decidiu. Na reunião passada, pelo conhecimento que nós
1036 temos e foi me passado pela diretoria jurídica, ele veio da SUPRAM para
1037 indeferimento, e o Copam aprovou, contrariamente à revelia do que pensava
1038 tecnicamente e juridicamente o órgão ambiental, o COPAM aprovou. Então
1039 hoje a gente está se tratando de uma empresa que está degradando, estava,
1040 está e continua, por conta de uma votação do COPAM anterior.
1041 Posteriormente tenho certeza assim que a SUPRAM vai se preocupar em
1042 fechar a empresa e cancelar o licenciamento, até porque já o fez para a
1043 reunião do COPAM, passada. Seria um repeteco de pareceres que não foi
1044 considerado no momento oportuno que era a reunião do COPAM, trabalhou
1045 o contrário que pensou o Órgão Ambiental. Agora a gente pode passar já,
1046 Conselheiro Roberto Soares Nogueira: "Doutora Fernanda, qual que é o prazo que ele tem para?" Fernanda Assis
1047 Quadros, Diretoria de Controle Processual SUPRAM-ASF: "Isso que eu ia
1048 falar agora, não dá para a gente ir no empreendimento hoje, como o Doutor
1049 Francisco sugeriu, ou amanhã, ou depois, porque ele está dentro do prazo
1050 para apresentação de um cronograma de desativação. Por isso eu acho
1051 muito temeroso nós não votarmos, porque, por exemplo, vamos supor que
1052 daqui dez dias ele me apresenta que ele cessou a degradação, e aí?
1053 Entendeu? Então assim, eu acho, por medida de cautela, como já falei, pelo
1054 princípio da precaução, a gente votar as condicionantes, e aguardar o prazo
1055 para apresentação do cronograma de desativação. Porque nós não
1056 podemos, enquanto ele estiver dentro do prazo, nós não podemos ir ao
1057 empreendimento fechar pela atividade, pelo tipo de atividade." Conselheiro
1058 Roberto Soares Nogueira: "A senhora não respondeu a minha pergunta."
1059 Fernanda Assis Quadros, Diretoria de Controle Processual SUPRAM-ASF:
1060 "Desculpa, dez dias." Conselheiro Roberto Soares Nogueira: "Obrigado."
1061 Eugênia Teixeira, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: "Só lembrar que esse
1062 prazo de dez dias é para comprovar que ele cessou a degradação ou
1063 apresentar o cronograma de desativação do empreendimento. Então caso
1064

1065 ele faça todas as adequações solicitadas, inclusive comunicados ao
1066 empreendedor em vistoria, ele sim estará apto a operar, já que cessou a
1067 degradação.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Tem um inscrito, o
1068 representante da empresa, um consultoria, não é? Representante da
1069 empresa, vai fazer uso da palavra, você tem cinco minutos.” Michele,
1070 empresa Fogos Confiança: “A grande preocupação aqui de todos parece a
1071 questão da onde que coloca do lançamento.” Presidente José Oswaldo
1072 Furlanetto: “Só uma questão de ordem, você poderia falar mais próximo do
1073 microfone, por favor?” Michele, empresa Fogos Confiança: “A grande
1074 questão é quanto a constatação dos efluentes líquidos industriais lançados
1075 no solo. Anterior à fiscalização feita pela equipe da SUPRAM para subsidiar
1076 essas condicionantes da nova licença, teve uma outra fiscalização, foi
1077 identificado esses pontos de lançamento, foi solicitado que fizesse uma
1078 análise de solo para verificar a contaminação em função do lançamento dos
1079 efluentes. Três desses resultados a gente já protocolou na SUPRAM, e os
1080 resultados estão de acordo com a legislação. Então houve sim o lançamento
1081 do efluente industrial, mas não houve a contaminação em função do
1082 resultado da análise laboratorial. E estes resultados já foram protocolados na
1083 SUPRAM nestes pontos de lançamento pontuados pela SUPRAM. Outra
1084 questão é quando solicita a inclusão de mais uma condicionante que é o
1085 monitoramento no ponto de lançamento do efluente industrial, montante
1086 jusante do corpo receptor. A licença passada já vinha com essa redação e o
1087 empreendedor já monitorava esse ponto de lançamento, e os resultados
1088 estão bem apresentados em conformidade. Todos esses resultados foram
1089 protocolados na SUPRAM. Monitorava semestralmente o ponto de
1090 lançamento, inclusive com metais pesados.” Conselheiro Giovanardi Marco
1091 Alves: “Então bom saber disso, mas com o caráter preventivo, eu gostaria
1092 que esse automonitoramento do efluente, do efluente não, do manancial,
1093 continuasse sendo realizado. Porque o empreendimento possivelmente está
1094 a montante de muitas benfeitorias, fazendas, sítios abaixo. Como caráter
1095 prevencionista, sugiro sim esse monitoramento do córrego, estamos lidando
1096 com uma fábrica de fogos de artifício.” Michele, empresa Fogos Confiança:
1097 “Quando no período em que se monitorou esse efluente, então a montante
1098 do ponto de lançamento, antes de lançar o efluente a gente já verificava uma
1099 poluição, já estava vindo uma anterior ao ponto de lançamento já identificou
1100 uma contaminação do curso d’água. Contaminação essa, que não era
1101 causada pelo empreendimento, que estava acima do ponto de lançamento,
1102 que o empreendedor preocupou em monitorar os dois pontos, montante e
1103 jusante.” Eugênia Teixeira, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF: “Então não seria
1104 interessante fazer um monitoramento a montante e a jusante do ponto de
1105 lançamento?” Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “Sim, por que não?
1106 Mantenho.” Conselheira Flávia Maria Mourão: “Queria só um esclarecimento
1107 porque como a gente mexe com procedimento, então é jurídico mesmo, com

1108 você, Fernanda. Sempre qualquer processo administrativo estiver eivado de
1109 vício, ele pode ser retirado até que se corrija esses vícios, vou só terminar e
1110 fazer a pergunta. O que eu tenho visto aqui é, votamos uma Licença de
1111 Operação favorável, uma Licença de Operação, tudo bem, estamos votando
1112 uma condicionante, vocês fizeram um auto de infração que no caso é
1113 motivação para suspender, independente do órgão colegiado aqui. Porque
1114 isso aí é competência, é crime, é competência da administração. Isso aí eu
1115 quero entender até para que eu possa posteriormente tomar uma decisão
1116 aqui. No caso não seria viável, assim, vocês podem, mesmo que não esteja,
1117 que esteja em pauta para a votação de condicionante retirá-lo sim, porque o
1118 que eu estou entendendo é que está tendo vício de procedimento, o que eu
1119 estou entendendo, não estou falando que eu estou correta. Como eu mexo
1120 com procedimento administrativo da área ambiental, na administração
1121 pública, eu estou entendendo que ele tem que ser retirado sim. Por que isso?
1122 Vou votar condicionantes com auto de infração onde a empresa acabou de
1123 falar que foi feito o monitoramento, que não tem isso no solo. Então na
1124 verdade está bem confuso para a gente, tá? Enquanto Conselheiro. Porque
1125 eu não me sinto à vontade de votar nenhuma condicionante, eu acho que ele
1126 tem que ser, eu votaria sim, para a retirada dele de pauta.” Fernanda Assis
1127 Quadros, Diretoria de Controle Processual SUPRAM-ASF: “Só para
1128 esclarecer, não houve vício na votação, os Conselheiros o número de
1129 quórum estava presente, foi feita a votação, ganhou o deferimento da
1130 licença, foi a maioria, então não houve vício. Se houvesse vício, eu
1131 concordaria com você, nós traríamos o processo para auto tutela. No entanto
1132 não houve vício, o Conselho ele é soberano e ele pode decidir, então ele
1133 decidiu pelo deferimento. Como medida de... E nós também da mesma forma
1134 que o Conselho ficou confuso, nós também ficamos, porque foi a primeira
1135 vez que aconteceu isso, e tivemos que fazer a vistoria para fazer
1136 condicionante de um processo que nem a equipe era favorável ao
1137 deferimento. Então lembrando que, nós fizemos a vistoria, fizemos as
1138 condicionantes, suspendemos a atividade. No entanto, a atividade de fogos
1139 ele precisa de um prazo para finalizar essa suspensão, por isso a gente
1140 solicita o cronograma de desativação. Pode ser que daqui, ele recebeu o
1141 cronograma ontem, pode ser que daqui cinco dias ele me apresenta o
1142 cronograma falando: ‘Cessou a degradação’, e aí, qual condicionante que ele
1143 vai seguir? Porque ele vai ter que seguir a anterior, a anterior não tem
1144 nenhuma medida de cautela para o que está acontecendo agora. Então a
1145 gente tem que pensar na possibilidade do empreendedor comprovar que
1146 cessou a degradação, se ele tiver cessado a degradação, com base em quê
1147 que ele vai cumprir condicionante?” Conselheira Flávia Maria Mourão: “Só
1148 uma pergunta, ele cessou a degradação e no auto de infração ele cessando
1149 degradação, isso que eu estou perguntando.” Eugênia Teixeira, Diretoria
1150 Técnica SUPRAM/ASF: “Não, a gente em ocasião da vistoria verificou a

1151 ocorrência e degradação.” Conselheira Flávia Maria Mourão: “Agora, nesse
1152 auto de infração foi feita agora nessa vistoria para condicionantes, não é
1153 isso, eu não estou correta?” Eugênia Teixeira, Diretoria Técnica
1154 SUPRAM/ASF: “Está. Fruto dessa vistoria foi lavrado auto de infração onde
1155 nós solicitamos a apresentação do cronograma, ou a comprovação de que a
1156 degradação tinha sido cessada. Então o que a Fernanda está querendo
1157 explicar é justamente isso, caso o empreendedor opte por adequar o seu
1158 empreendimento e cessar a degradação nesse prazo de dez dias dado
1159 nesse auto de infração ele não terá condicionantes para cumprir.”
1160 Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “Só tem um detalhe, nós estamos
1161 falando de suspensão da licença, mas nós também podemos falar em
1162 cancelamento. Porque depois que a licença foi concedida, ele, ao que
1163 consta, parece que cometeu uma infração. Então independentemente dele
1164 se regularizar agora, quer dizer, existe uma quebra do princípio da confiança,
1165 não é. Até paradoxalmente o nome da empresa é Fogos Confiança. Enfim,
1166 existe uma quebra do princípio da confiança, então nós não estamos falando
1167 só de suspensão, nós estamos falando de uma eventual possibilidade de
1168 cancelamento. Então não sei se ainda que ele se regularize e contenha essa
1169 degradação, se isso não é, deixa de ser motivo, enfim, suficiente para um
1170 eventual cancelamento. Aí vai partir da SUPRAM essa análise.” Presidente
1171 José Oswaldo Furlanetto: “Alguém mais, algum Conselheiro que queira
1172 continuar com a discussão do item Fogos Confiança Ltda.? Não tendo então,
1173 eu vou colocar o processo em votação, que é esse que inclui as
1174 condicionantes propostas pela SUPRAM, e depois a gente vota em separado
1175 as duas propostas de condicionantes, são duas, uma da SEDRU e uma do
1176 IBAMA que é uma alteração, não é isso? Então tá. Processo então em
1177 votação, aqueles Conselheiros que entendem como a SUPRAM está
1178 inserindo as condicionantes na licença do empreendimento, permaneçam
1179 como estão, aqueles contrários se manifestem.” Conselheiro Francisco
1180 Chaves Generoso: “Como eu me manifestei pelo indeferimento da licença, e
1181 seguindo a minha linha de raciocínio eu vou me abster em tudo em relação a
1182 esse ponto.” Conselheiro 2º Ten. PM Luciano Marcelo de Oliveira: “Também
1183 por ter votado pelo indeferimento da revalidação da licença vou me abster.”
1184 Conselheiro Marcelo Ferreira Guimarães: “Idem, vou me abster na votação,
1185 mas gostaria de sugerir a condicionante para melhorar a questão do
1186 andamento aí do processo.” Conselheiro Francisco de Assis Braga:
1187 “Também pela abstenção.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “Abstenção
1188 pelo indeferimento na votação do parecer.” Conselheiro Lucélio Nativo
1189 Assunção: “Abstenção.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Processo
1190 aprovado então com seis abstenções. Passamos então agora para a votação
1191 da inclusão da condicionante proposta pelo Giovanardi da SEDRU, com a
1192 redação já lida por ele. Os Conselheiros que entendem como ele
1193 permaneçam como estão, aqueles contrários se manifestem.” Conselheiro

1194 Francisco Chaves Generoso: “Eu vou ter que me abster também por
1195 coerência com o indeferimento, só por isso.” Presidente José Oswaldo
1196 Furlanetto: “Está bom, incluída a condicionante, com os votos contrários da
1197 FIEMG e Ministério Público.” Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “Não,
1198 Ministério Público foi abstenção.” Presidente José Oswaldo Furlanetto:
1199 “Desculpa, abstenção Ministério Público, contrário FIEMG.” Conselheiro 2º
1200 Ten. PM Luciano Marcelo de Oliveira: “Abstenção PMMG também, pelo
1201 indeferimento do voto de revalidação.” Presidente José Oswaldo Furlanetto:
1202 “Abstenção da Polícia Militar.” Conselheiro Francisco de Assis Braga: “Da
1203 ABES também, gostaria de abster desse processo como um todo.”
1204 Conselheiro Lucélio Nativo Assunção: “Também o mesmo motivo.”
1205 Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Quatro abstenções então e um voto
1206 contrário, condicionante incluída. Agora pela substituição, não é? Alteração
1207 da condicionante 15, é isso? Proposta pelo Conselheiro Marcelo do IBAMA.
1208 Aqueles Conselheiros que concordam permaneçam como estão, os
1209 contrários se manifestem.” Conselheiro Francisco Chaves Generoso:
1210 “Abstenção do Ministério Público, os mesmos motivos.” Conselheiro 2º Ten.
1211 PM Luciano Marcelo de Oliveira: “Abstenção PMMG, mesmo motivo.”
1212 Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Condicionante alterada com duas
1213 abstenções.” Conselheiro Francisco de Assis Braga: “Abstenções da ABES.”
1214 Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Três abstenções, quatro abstenções,
1215 correto, ok.” Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “Então só como o
1216 ponto já passou, eu quero reforçar então junto à Polícia Militar essa
1217 necessidade de que trabalheis aí no sentido de adotar as providências nas
1218 demais searas, criminais, enfim, correspondentes. Até que a questão
1219 administrativa seja solucionada nós esperamos que seja em breve.”
1220 Conselheiro 2º Ten. PM Luciano Marcelo de Oliveira: “Serão feitas as
1221 fiscalizações e remetido o relatório para o Ministério Público.” Presidente
1222 José Oswaldo Furlanetto: “Fica registrado então. Passamos então ao
1223 próximo item de pauta, o item 9.1 foi retirado da pauta, porém, e antes do
1224 encerramento, o item 10 trata-se de um projeto de mitigação de impactos e
1225 mudanças climáticas, desassoreamento de lagoas, que nós vamos ter aqui
1226 uma apresentação pelo José Hermano Oliveira Franco da Associação AMA
1227 Pangeia, Amigos do Meio Ambiente, depois nós partimos para o
1228 encerramento. Ele nos colocou que é aproximadamente dez minutos, e
1229 depois ele abre para perguntas se tiver algum interessado. Pode começar,
1230 eu queria só pedir licença que eu tenho que ir ao mictório, mas estou
1231 voltando rapidinho.” José Hermano, Associação AMA Pangeia: “Primeiro
1232 bom dia a todos, é bom revê-los. Na verdade essa apresentação se deve,
1233 não, não vai ter slide não, eu deixei o jornalzinho aí. Essa apresentação se
1234 deve ao fato de ser uma experiência peculiar nossa lá que gerou muita gente
1235 interessada em saber o que estava acontecendo, como é que estava sendo
1236 feito, eu falei: ‘Olha, melhor apresentar para todo mundo do que ficar a

1237 conversa aqui e ali.' Então eu vou ser bem rápido na apresentação, só para
1238 que vocês entendam o processo como um todo, e depois abro a perguntas
1239 quem tiver alguma dúvida. Esse projeto ele teve um nome provisório de
1240 Águas Eternas e acabou ficando, é um nome pretencioso de propósito. A
1241 gente pretendia proteger o manancial local, isso começou há uns seis, sete
1242 anos atrás e a gente começou com a ideia de fazer cercamento de
1243 nascentes. Essa ideia surgiu e o pessoal começou a entender que era bom,
1244 podia ser bom, só que aí a gente cometeu o primeiro erro da coisa, que foi
1245 tentar fazer via lei, pela via lei, você é obrigado a cercar. Então a gente fez
1246 cercamento, percebemos que a coisa não funcionava, até pelos motivos que
1247 o Roberto explicou, não tem fiscalização e não tem como ter fiscalização em
1248 tudo, então a pessoa tem que ser convencida a isso. Principalmente em Pará
1249 de Minas, porque a gente teve lá sérios conflitos socioambientais, vamos
1250 dizer assim, nessa questão, então as pessoas realmente são muito
1251 resistentes a isso. Então a gente fez muito cercamento de nascente, tivemos
1252 a parceria do Comitê de Bacia Hidrográfica, tivemos parceria da COPASA,
1253 tivemos parceria da CEMIG. A gente tentou fazer plantio, mas a coisa não
1254 funcionava a contento, exatamente por isso, se a pessoa não está
1255 plenamente convencida não adianta, ela vai deixar o gado pastar as árvores
1256 que você plantar, a coisa vai dessa forma. Há uns três anos atrás, a gente
1257 fez uma, a gente faz sempre uma semana de meio ambiente e teve um
1258 debate lá onde estava presente a Vilma representando a SUPRAM, o
1259 Ministério Público, Polícia, um representante do sindicato rural e um
1260 representante dos consultores. E nesse debate um produtor estava na
1261 plateia ele levantou e falou: 'Olha, nós estamos com um problema muito
1262 sério de água e gente não consegue desassorear as lagoas, nós estamos
1263 tendo que diminuir gado, fazer isso, a gente não consegue, taboa tomou
1264 conta nós não temos condições. As licenças são demoradas, são caras.' E a
1265 gente começou a trabalhar nesse entendimento, o quê que é desassorear,
1266 qual que é o impacto disso, e trouxe o Ministério Público junto e o Ministério
1267 Público começou a entender, conseguimos mostrar: 'Olha, desassorear a
1268 lagoa pura e simplesmente, uma lagoa que já existia, é um processo, é um
1269 impacto positivo, não tem impacto negativo nisso.' Muito pelo contrário, pode
1270 ser inclusive uma porta de entrada para a gente conseguir convencer esse
1271 pessoal a continuar o processo, ou seja, realmente manter as nascentes
1272 protegidas, revegetar topo de morro, para a gente fazer o que é necessário.
1273 E o Ministério Público topou, aconteceu um caso muito peculiar, o cara ficou
1274 sem, ele tinha essa lagoa ficou completamente sem água, e tinha outras
1275 pendências com o Ministério Público. Então no TAC dele foi firmado: 'Olha,
1276 você tem que desassorear a sua lagoa.' E quando a gente desassoreou a
1277 lagoa dele, a gente tinha visto, eu já tinha lido isso, eu sou biólogo e já tinha
1278 lido isso diversas vezes, olha, um metro quadrado de taboa consome de um
1279 litro e meio a quatro de água por dia, é muita coisa. E a água não jorrou, mas

1280 ela apareceu. Então na primeira que fez o impacto se mostrou positivo, a
1281 lagoa não aumentou um centímetro, foi lá, foi feito só o desassoreamento,
1282 retirado da taboa, a coisa se mostrou extremamente positiva. A partir daí a
1283 coisa virou quase que uma autodenúncia, todo mundo falou: 'Mas eu
1284 também quero.' Só que a gente não tinha nem recurso e nem o, como é que
1285 nós vamos equacionar isso, qual que vai ser a intenção final disso? Olha,
1286 vamos tentar ajudar o pessoal acima das captações do município, porque
1287 nós temos mais de uma justificativa, primeiro nós estamos ajudando o
1288 pessoal efetivamente dentro das fazendas que está sem água, acredito que
1289 nesse caso foi nossa amiga, pessoal que está precisando disso, estão
1290 desesperados por isso, acho que está quase que geral essa situação, a
1291 gente esse pessoal e ajuda na captação. E até por isso é que a gente fala
1292 em mitigação de impacto de mudança climática, porque na verdade o que a
1293 gente está falando de proteção de manancial, gente, de fazer barraginha, de
1294 fazer desassoreamento de lagoa ou de plantio em topo de morro, o que nós
1295 estamos fazendo é na prática mitigando impacto de mudança climática, não
1296 chove mais como chovia dez, quinze, vinte anos atrás. Hoje nós temos que
1297 segurar a água na bacia, e tecnicamente não tem outra forma a não ser se
1298 vocês realmente segurar, criar esponjas. Eu discuti isso um dia desses até
1299 com, eu sou coordenador de um curso de gestão ambiental da faculdade
1300 local, e discutia isso com o Patrick Timochenco, que é da Gerência de Áreas
1301 Protegidas do IEF. E a gente falando: 'Olha, realmente nós temos que criar
1302 esponja.', o termo até foi dele, criar esponjas para essa água ficar nas
1303 bacias, isso tem que ser feito a partir do ponto de vista local, você precisa
1304 segurar essa água lá. Então o projeto ganhou força por isso, o recurso desse
1305 projeto até então, pessoal, tem vindo de uma, a gente, eu sou presidente do
1306 Conselho Municipal local, a gente criou uma deliberação normativa lá que
1307 obriga, e depois foi parar no plano diretor, obriga os novos empreendimentos
1308 imobiliários a pagar uma compensação ambiental de 1% do valor venal
1309 deles, devolver alguma coisa para o município. E esse recurso está pagando
1310 esse investimento lá, mas ele não paga ele todo, na verdade esse
1311 aprendizado nosso também mostrou que nada de graça tem valor. Então o
1312 proprietário rural sim paga a metade da hora máquina, ele ganha os
1313 caminhões, metade da hora máquina, a gente negociou um valor mais
1314 barato. E fizemos esse ano a primeira rodada, foram cinco ou seis, está nos
1315 jornaizinhos, foram cinco ou seis propriedades, umas dezesseis ou
1316 dezessete lagoas assoreadas, e o impacto é positivo de todos os aspectos
1317 que nós conseguimos avaliar até agora. Tecnicamente está todo mundo
1318 satisfeito com a questão, o Ministério Público conseguiu entender totalmente
1319 que é um impacto positivo, eu consegui entrar melhor dentro das
1320 propriedades, consegui ter mais aceitação, tem gente já querendo, falando:
1321 'Olha, mas e aquela história do plantio que você falou?'. Porque eu pude
1322 andar nas propriedades, a gente ganhou confiança das pessoas. Então a

1323 apresentação desse trabalho aqui tem o intuito de falar: 'Olha, temos que
1324 começar a agir de forma mais prática e mais rápida.', porque na verdade a
1325 água está indo, está indo, indo, indo, esvaindo, todo mundo está precisando.
1326 E não é só o produtor que está precisando, todo mundo está precisando. E a
1327 menos que alguém saiba como fazer chover, o resto é técnica, nós temos
1328 que fazer conservação do solo. Há poucos dias na reunião do Comitê de
1329 Bacia do São Francisco a grande discussão era desmatamento,
1330 desmatamento é importante? É importantíssimo, caso de polícia, o que tem
1331 que mudar é o conceito, nós temos que fazer conservação do solo, nós
1332 temos que criar esponjas para segurar a água dentro da bacia hidrográfica,
1333 sub-bacia, microbacia, isso melhora na evaporação, isso melhora microclima.
1334 Isso é puramente mitigação de impacto de mudança climática. O nome
1335 bonitinho, a COPA 21 vai discutir uma série de coisas importantes, e tem que
1336 ser discutido realmente, redução de emissões, mas o que nós, o que as
1337 cidades podem fazer é muito maior do que isso. Porque se as cidades
1338 começarem a entender e assumir as responsabilidades sob essa gestão,
1339 porque isso nada mais é do que gestão ambiental, dá para melhorar muito
1340 esse impacto que está todo mundo sentindo. Então foi um projeto bacana, a
1341 gente vai ter uma nova rodada porque ele trabalha em janelas, a nova
1342 rodada disso vai ser no próximo ano, deve começar em maio. E outra coisa,
1343 isso contribuiu, até pela forma legal, porque a gente, para o cara se cadastrar
1344 e ter direito a isso, a gente exigiu, por exemplo, você tem o CAR? Foi
1345 exigido, então já condicionamos o CAR. Conseguimos falar: 'Podemos
1346 plantar em volta dela depois? O quê que você acha, você topa?'. Porque,
1347 gente, não adianta impor, eu não vou fiscalizar, eu não tenho como, a
1348 pessoa tem que entender que aquilo é positivo. Claro que a gente quer e
1349 acha justo que a gente consiga chegar no departamento de serviços
1350 ambientais, aí sim vai ser, eu vou poder falar para ele: 'Olha, vale a pena
1351 ficar com isso parado aí.' Porque hoje a lógica dominante da coisa é: eu
1352 preciso de espaço para produzir. Em alguns casos eu entendo, tem
1353 propriedades muito pequenas que o produtor acaba sendo penalizado sim,
1354 porque a água é de todo mundo, mas ele tem que perder propriedade quase
1355 toda para proteger a nossa água, é justo que ele recebesse. Até fiz essa, não
1356 sei se você lembra no Comitê de Bacia, eu fiz uma proposta que o dinheiro
1357 da cobrança do uso de água pudesse pagar por isso, que pudesse pagar por
1358 isso, é o que seria justo. A gente quer chegar lá, então estamos andando
1359 dessa forma. Esse foi um processo muito interessante, viemos mostrar aqui
1360 exatamente por isso, os municípios eu acho que vale a pena tentar ver. Cada
1361 município é diferente, então assim, no nosso modelo não vai se aplicar em
1362 todos os locais, mas que se comece a pensar de forma efetiva, que o que
1363 nós estamos fazendo é mitigação de impacto de mudança climática, é
1364 barraginha, é desassoreamento, é plantio, mas é isso que nós estamos
1365 fazendo. Então fica só a título de curiosidade, quem quiser alguma

1366 explicação maior a gente está à disposição, o jornalzinho está aí. E enfim,
1367 aberto a perguntas de vocês para qualquer esclarecimento.” Conselheiro 2º
1368 Ten. PM Luciano Marcelo de Oliveira: “Seu projeto realmente é muito
1369 interessante, a demanda por limpeza de mananciais é muito grande em toda
1370 região. Mas eu gostaria de perguntar o seguinte, o embasamento que você
1371 usa para fazer a limpeza é obra emergencial?” José Hermano, Associação
1372 AMA Pangeia: “É um deles.” Conselheiro 2º Ten. PM Luciano Marcelo de
1373 Oliveira: “E essa obra emergencial ela é feita através da solicitação do...”
1374 José Hermano, Associação AMA Pangeia: “Auto denúncia no Ministério
1375 Público.” Conselheiro 2º Ten. PM Luciano Marcelo de Oliveira: “Denúncia no
1376 Ministério Público? Ok.” José Hermano, Associação AMA Pangeia: “Porque
1377 eles não têm água, o cara está vendendo gato porque não tem água, ele
1378 está parando de produzir porque não tem água, ele não tem.” Conselheiro
1379 Valério Mendes Rezende: “José Hermano, parabéns por estar à frente desse
1380 projeto. Nós já tivemos oportunidade de estar conversando em outras
1381 ocasiões. Eu queria saber em relação ao termo que foi feito, os parceiros, o
1382 órgão ambiental está participando enquanto parceiro no termo?” José
1383 Hermano, Associação AMA Pangeia: “Qual órgão ambiental?” Conselheiro
1384 Valério Mendes Rezende: “SUPRAM.” José Hermano, Associação AMA
1385 Pangeia: “A SUPRAM não, ainda não.” Conselheiro Valério Mendes
1386 Rezende: “A prefeitura municipal está participando?” José Hermano,
1387 Associação AMA Pangeia: “Está, de diversas formas, o Conselho Municipal
1388 também está participando.” Conselheiro Valério Mendes Rezende: “Esse
1389 desassoreamento ele está condicionado que seja agricultor familiar ou
1390 produtor rural?” José Hermano, Associação AMA Pangeia: “Produtor rural,
1391 todo mundo precisa de água. Mas não pode aumentar não, nem aumentar
1392 nem criar novos barramentos não, nós estamos falando de desassorear.”
1393 Conselheiro Valério Mendes Rezende: “Desassorear, perfeitamente. Tudo
1394 bem, muito obrigado.” José Hermano, Associação AMA Pangeia: “Eu não
1395 posso condicionar para a agricultura familiar só, porque todo mundo precisa.
1396 E outra coisa, quando eu estou falando de segurar água na bacia, quanto
1397 mais eu segurar melhor, gente, nós estamos falando de segurar água de
1398 chuva, basicamente.” Conselheiro Valério Mendes Rezende: “Sim, nós
1399 entendemos dessa forma também, perfeitamente.” José Hermano,
1400 Associação AMA Pangeia: “Então o processo se tornou rápido e mais
1401 simples.” Conselheiro Valério Mendes Rezende: “E dentro dos TACs que
1402 estão sendo feitos com cada produtor, existe alguma menção futura de ter
1403 que fazer outorga de água?” José Hermano, Associação AMA Pangeia:
1404 “Não, ainda não. Porque olha só, essa é para ser discutida, na verdade todo
1405 processo tem que evoluir, a gente discutiu isso, mas outorga por quê?
1406 Entende?” Conselheiro Valério Mendes Rezende: “Sim, emergencial, é para
1407 trazer benefício.” José Hermano, Associação AMA Pangeia: “E depois olha
1408 só, depois que ela encher e começar a correr normalmente, ela vai correr o

1409 tanto que tiver que correr e quando tiver que parar porque já para mesmo,
1410 porque tem cercado e tudo, ela vai parar como se não existisse. Então não
1411 entendi ainda o sentido da outorga para esse desassoreamento,
1412 sinceramente falando. Por mais que ele exista, está escrito, está etc., a gente
1413 foi em Brumadinho, eu fui em Brumadinho que foi feito em parceria, até
1414 estive lá, acho que eles cometeram um erro que nós estamos cometendo, lá
1415 é tudo de graça, então a coisa talvez não ande da forma como deveria, tem
1416 muita gente, não é fazendo mau uso, mas sabe, a coisa vai mais devagar, de
1417 graça é mais complicado, eu acho. Mas eu entendi isso lá, mas eu continuo
1418 sem entender o sentido da outorga para isso, para isso. Novos barramentos
1419 eu entendo o sentido da outorga, etc., mas isso aí. Às vezes é bom
1420 questionar, está escrito, eu entendi, mas e aí?” Conselheiro Valério Mendes
1421 Rezende: “Obrigado.” Vilma Aparecida Messias, Diretora de Controle
1422 Processual SUPRAM/ASF: “José Hermano, só me tira uma dúvida, tem água
1423 lá, não é? Tanto que depois que limpa aflora, não é?” José Hermano,
1424 Associação AMA Pangeia: “Começa a aflorar aos poucos.” Vilma Aparecida
1425 Messias, Diretora de Controle Processual SUPRAM/ASF: “Pois é, o
1426 desassoreamento, pela normatização do estado, ele precisa sim de uma
1427 regularização.” José Hermano, Associação AMA Pangeia: “Sim, a gente
1428 sabe.” Vilma Aparecida Messias, Diretora de Controle Processual
1429 SUPRAM/ASF: Aparecida Messias: “É uma emergência? É, mas para
1430 emergência nós temos um procedimento que é: nós temos uma portaria que
1431 é a portaria 87 do IGAM que ela explica direitinho. Então o quê que
1432 acontece, o pequeno produtor ele não vai ficar sem efetuar esse seu projeto,
1433 ele vai pedir para a SUPRAM uma emergencial, e para ele pedir a
1434 emergencial ele tem que preencher um FCE, vai gerar um FOBI e ele tem
1435 sim que formalizar um processo e regularizar. Então o quê que acontece, na
1436 hora que ele for efetuar o ato, ele está regularizado, porque ele vai ter uma
1437 emergencial, um certificado emergencial da SUPRAM. Que demore cinco,
1438 dez anos essa outorga dele, mas ele vai ter o nosso certificado de
1439 emergencial. Então no meu ponto de vista como jurídico, o TAC com o
1440 Ministério Público ele não é a regularização ambiental, então no meu ponto
1441 de vista eles precisam sim buscar essa regularização por meio da
1442 emergencial.” José Hermano, Associação AMA Pangeia: “Sim, mas assim,
1443 Vilma, eu entendo o ponto de vista seu e é a questão que eu coloquei aqui,
1444 eu entendo que a prática está me mostrando o seguinte, ele vai ficar
1445 esperando. Você conhece, você entende perfeitamente o que eu estou te
1446 falando, ele vai ficar esperando, ele não vai fazer, porque vai levar o tempo
1447 que está levando, dois anos, três, cinco, e aí? Ele vai vender o gado, ele vai
1448 parar de produzir. A gente quer equacionar exatamente isso, começar a
1449 conversar, porque agora que funcionou a primeira parte, vamos começar a
1450 conversar. Por quê? Porque não adiante também eu falar para ele: ‘Então tá,
1451 então vamos fazer bonitinho, você vai entrar lá e nós vamos ficar parados

1452 esperando.’” Conselheiro 2º Ten. PM Luciano Marcelo de Oliveira: “José
1453 Hermano, na região da gente vez ou outra nós fazemos a ocorrência por
1454 obra emergencial nessa situação de escassez hídrica, então tem um critérios
1455 que a gente segue do decreto. Conforme a Vilma falou, a autorização ela é
1456 de imediato, mas não desobriga em momento algum o empreendedor de
1457 regularizar. Então não questionado o projeto, é excelente.” José Hermano,
1458 Associação AMA Pangeia: “Mas deve ser questionado, para evoluir tem que
1459 ser questionado.” Conselheiro 2º Ten. PM Luciano Marcelo de Oliveira: “Mas
1460 a gente entende o seguinte, pode ocorrer em determinado tipo de situação,
1461 denúncia ou até mesmo alguém que não foi atendido, de trazer problema
1462 para vocês quanto á regularização, porque não existe um processo posterior
1463 a isso aí.” José Hermano, Associação AMA Pangeia: “Exatamente, mas ela
1464 não foi descartada, mas isso há que se conversar agora que a conversa
1465 começa a ganhar corpo. É por isso que eu estou aqui, na verdade, na
1466 verdade isso não é nada escondido não, a ideia é que a conversa ganhe
1467 corpo mesmo, ninguém está se furtando a fazer isso não. Só que o processo
1468 não funciona, e aí, me responde o quê que eu falo para o cara: ‘Não, vende
1469 seu gado, desiste, vamos parar e esperar.’ Então vamos discutir isso, é muito
1470 melhor do que a gente criar briga. Dá para regularizar? Dá para regularizar, o
1471 impacto é positivo, isso aí eu consigo te provar tecnicamente que o impacto é
1472 positivo, aí nós vamos aprofundar a discussão pelo lado técnico que deveria
1473 também. Inclusive sempre achei estranho, falei isso várias vezes quando
1474 participava do Conselho aqui, eu sempre acho estranho que o que está
1475 escrito no papel vale mais que às vezes um conhecimento técnico. Isso é
1476 uma provocação no bom sentido da coisa, tá? Eu sempre critiquei isso, poxa,
1477 o técnico vai lá, faz um relatório, o cara gasta cinco anos na faculdade, dois
1478 de mestrado, não sei quantos de doutorado, e vem alguém e fala: ‘Não, não
1479 é assim não porque está escrito ali que não é assim.” Conselheiro 2º Ten.
1480 PM Luciano Marcelo de Oliveira: “Só terminando, não sei se a Vilma vai falar
1481 sobre isso, mas quando a gente registra, no nosso caso autorização a
1482 ocorrência, prova emergencial, a gente já autoriza de imediato, o
1483 procedimento é posterior. É isso que está no decreto, não é isso, Vilma?
1484 Então tão logo seja feito o trabalho, ele tem, salvo engano, trinta dias, não é
1485 isso? Para dar entrada para regularizar.” Vilma Aparecida Messias, Diretora
1486 de Controle Processual SUPRAM/ASF “Só explicando, no caso de outorga,
1487 no caso de intervenção em APP ele simplesmente informa para o órgão e
1488 depois ele tem o prazo de noventa dias para formalizar o processo. Se não
1489 for constatado a emergência, aí sim ele será autuado por prestação de
1490 informação falsa. No seu caso que é de outorga, é bem claro na portaria 87
1491 que ele faz jus a isso, ele vai até a SUPRAM, apresenta um ofício, preenche
1492 o FCE, gera um FOBI, então a execução ele vai ter de imediato, porque lá na
1493 SUPRAM qual que é a nossa postura? Chegou pedido emergencial já chega
1494 no operacional com essa prioridade, e chega no jurídico também com essa

1495 prioridade, então ela é emitida o tanto quanto antes. O que demora é a
1496 outorga, mas acontece que para ele fazer esse desassoreamento com o
1497 nosso certificado de emergência, com o nosso certificado emergencial, não
1498 precisa finalizar a outorga nesse momento ele está se comprometendo, ele
1499 assina um termo de compromisso, ele está se comprometendo de
1500 regularizar, mas a autorização ela já é dada ali praticamente que de
1501 imediato.” José Hermano, Associação AMA Pangeia: “Bom, não era bem o
1502 que estava acontecendo, até que motivou isso tudo.” Conselheiro Roberto
1503 Soares Nogueira: “Eu gostaria de saber se aquele núcleo do IGAM lá de
1504 Pará de Minas ainda existe.” José Hermano, Associação AMA Pangeia:
1505 “Não, não.” Conselheiro Roberto Soares Nogueira: “Tinha um núcleo do
1506 IGAM lá.” José Hermano, Associação AMA Pangeia: “Não, tem do IEF.”
1507 Conselheiro Roberto Soares Nogueira: “Eu inclusive estive lá.” José
1508 Hermano, Associação AMA Pangeia: “Virou SISEMA.” Conselheiro Roberto
1509 Soares Nogueira: “Não, tinha um núcleo do IGAM em Pará de Minas.” José
1510 Hermano, Associação AMA Pangeia: “Roberto, juro que eu desconheço
1511 completamente que tinha um núcleo do IGAM lá, nunca fiquei sabendo.”
1512 Conselheiro Roberto Soares Nogueira: “Eu estou te informando, é um xará
1513 meu que era o responsável e que hoje está no IEF de Itaúna, ele era do
1514 núcleo do IGAM em Pará de Minas.” José Hermano, Associação AMA
1515 Pangeia: “Roberto, se isso existiu, vou te ser muito sincero aqui, eu nunca vi
1516 isso lá. O IEF sempre esteve lá, a gente sempre teve um nucleozinho do IEF
1517 e do SISEMA, tem representante do IGAM lá?” Conselheiro Roberto Soares
1518 Nogueira: “Tem pessoas do sistema aí, por favor, eu gostaria de uma
1519 resposta, porque tinha núcleo do IGAM em Pará de Minas.” José Hermano,
1520 Associação AMA Pangeia: “Mas olha só, Vilma, só para finalizar aqui com
1521 vocês e abrir aqui. Na verdade a gente separou até onde deu no TAC e não
1522 vai suprir a regularização não, na verdade a conversa agora tem que evoluir,
1523 só que ela tem que evoluir de forma positiva, o que a gente quer é fazer a
1524 coisa funcionar para todo mundo, ninguém está aqui ganhando dinheiro, eu
1525 não sou dono de máquina, nós estamos lá para ajudar o pessoal, a questão
1526 é essa, nós estamos desobrigando da regularização, entendeu? Essa
1527 discussão vai chegar agora. Porque tem que acontecer primeiro, se eu
1528 começo a discussão antes, eu começo esse projeto daqui a cinco anos, que
1529 aí vai começar a conversar, vamos ver se funciona, se não funciona, se
1530 pode, se não pode. Então a gente provocou, não estamos obrigando, essa
1531 conversa vai acontecer agora. Houve uma transição no meio do caminho,
1532 Vilma, porque trocou o comando completamente, isso atrapalhou bastante,
1533 essa discussão era para ter começado antes. Mas a troca de comando,
1534 quando trocou o governo, sai a Paula, entra um, não fica, entra outro, deixa
1535 eu ver se vai ficar sentado na cadeira? Vai, então agora vamos conversar.
1536 Ninguém está fugindo disso aqui de forma alguma, queremos ajudar de
1537 forma que seja bom para todo mundo, se puder funcionar bom para todo

1538 mundo vai funcionar, porque é bom para todo mundo.” Vilma Aparecida
1539 Messias, Diretora de Controle Processual SUPRAM/ASF: “A minha sugestão
1540 é que você marque uma reunião com nosso superintendente para ele poder
1541 também se comprometer. Nós já tentamos fazer dessa forma, dar uma
1542 agilidade para os pedidos emergenciais, mas marca uma reunião com o
1543 nosso superintendente, o Paulo, ele está bem presente, ele recebe todos,
1544 para poder discutir essa questão, para ficar tudo regular, porque senão lá na
1545 frente você vai ter problema.” José Hermano, Associação AMA Pangeia:
1546 “Sim, sim, a gente é ciente disso, até o próprio promotor vai comparecer
1547 junto, na verdade a ideia, a intenção é exatamente essa. E a apresentação
1548 aqui é para isso mesmo também. É como eu te disse, não tem ninguém
1549 fazendo nada escondido não. Ok, pessoal?” Presidente José Oswaldo
1550 Furlanetto: “Ok. Podemos então partir para o encerramento, mas antes disso
1551 o superintendente Paulo Tarso quer fazer uso da palavra. A Adriana, Diretora
1552 Técnica da SUPRAM Alto São Francisco, quer fazer uso da palavra. A
1553 palavra está franqueada.” Adriana Francisca da Silva, Diretora de Apoio
1554 Operacional SUPRAM/ASF: “Bom dia a todos. Eu queria fazer só uma
1555 questão, uma parte aqui que é da minha responsabilidade, que é a questão
1556 da ata. Nós tivemos várias reuniões com a empresa contratada para a
1557 elaboração da ata, porque eu me comprometi que essa ata seria melhor, e
1558 não é nem por uma questão de comprometimento, por uma questão de
1559 gasto, o estado paga para que isso seja feito. Tem uma licitação, isso tudo é
1560 dentro de um processo, eles têm que entregar um produto. Ao mesmo tempo
1561 que a gente conversou e verificou as falhas da parte da contratada, a gente
1562 também verificou a falha nossa, da nossa parte. É muito importante, gente,
1563 nas reuniões, eu falo tanto para a equipe da SUPRAM quanto para a equipe
1564 dos Conselheiros aqui, que se identifiquem no momento de falar e que a fala
1565 seja clara e que ela termine. Porque às vezes a gente coloca uma frase, fala
1566 assim: ‘A gente pode colocar aquilo’, ou ‘fazer daquela forma.’ Qual forma?
1567 Quem está fazendo a ata não sabe qual forma, sabe a forma que ter feita,
1568 ela tem que ser dita claramente, a frase tem que ser terminada. Isso é uma
1569 questão tão séria, porque a empresa já foi notificada uma vez, da segunda
1570 vez ela vai ficar proibida de fazer licitação por no mínimo cinco anos dentro
1571 do estado. E isso vai ser feito, porque se a gente faz contratação, ela tem
1572 que entregar o produto. Então na próxima ata que vier, se tiver alguma
1573 manifestação ou algum erro, nós vamos baixar a ata em diligência, nós
1574 vamos verificar, o erro é nosso ou é da empresa, se for da empresa ela vai
1575 ser notificada novamente, e da terceira vez nós vamos ficar sem gravação,
1576 porque aí só na próxima licitação para que a gente tenha alguém que faça a
1577 gravação da ata. Então é importante que a gente comece mesmo a prestar
1578 mais atenção na forma como a gente fala, sempre se identificar, mesmo no
1579 calor das discussões, porque isso faz diferença para nós. A qualidade da
1580 nossa ata só vai melhorar se a gente também fizer, se todo mundo fizer,

1581 cada um fazer sua parte. A intenção nossa aqui do operacional é que traga a
1582 ata sem correções, sem erros, o ideal é isso. Mesmo porque essa ata, daqui
1583 a cinco dez anos, ela pode servir para uma consulta, uma consulta
1584 importante e que às vezes não vai alcançar o objetivo ali porque a gente
1585 esqueceu de terminar a frase, esqueceu de se identificar e não vai nem
1586 saber quem falou. Então realmente a gente precisa ter esse
1587 comprometimento da parte da equipe, porque nas próximas reuniões se tiver
1588 alguma falha na ata a gente tem que baixar a ata em diligência e notificar a
1589 empresa novamente da prestação de serviço dela. Queria só agradecer a
1590 vocês e me colocar à disposição para algum questionamento.” Paulo Tarso
1591 Alvim Miguel, Superintendente Regional de Regularização Ambiental Alto
1592 São Francisco/ SUPRAM-ASF: “Com relação, como é que você chama?
1593 José Hermano, há mais coisas entre o céu e a terra que a van filosofia pode
1594 explicar. O ilustre representante do *Parquet* que aqui se encontra sabe que
1595 nós temos que seguir a lei. Eu não posso, de forma nenhuma atropelar. Se
1596 tecnicamente o projeto dele é interessante, resolve o problema de água, nós
1597 temos que fazer um modificação, não aqui na SUPRAM, e sim na forma de
1598 licenciamento e isso está sendo providenciado. Nem o Doutor Francisco e
1599 nem eu, podemos atropelar a lei, nós não podemos assinar TAC que
1600 implique em ilicitude, nós não podemos modificar o sistema de licenciamento
1601 sendo que a estrutura está engessada. O que eu sugiro, o seu projeto sendo
1602 de grande relevância, é que vamos todos à Belo Horizonte, discutamos,
1603 vamos discutir esse processo com o Secretário, está certo? Estou à
1604 disposição, viu, Doutor Francisco, se o senhor também assim concordar. E
1605 tentarmos, como já sabemos que vai haver algumas modificações na lei de
1606 licenciamento em Minas Gerais, nós incluímos isso também em uma pauta
1607 para ser discutido com amplitude para todo o estado, que não fique só aqui
1608 para a nossa bacia, está certo, doutor? Sem nenhuma descrição, eu estou
1609 assentado na cadeira. Eu queria só comunicar aos senhores que foram feitas
1610 algumas modificações na SUPRAM Alto São Francisco. Primeiramente nós
1611 recebemos dois técnicos, o Senhor Aroldo, eu gostaria que o Aroldo se
1612 apresentasse, por favor.” Aroldo Felipe de Freitas, Diretoria Técnica
1613 SUPRAM/ASF: “Bom dia. Primeiro falar que eu não esperava isso aí, meu
1614 nome é Aroldo Felipe de Freitas, eu sou Engenheiro Florestal, formado em
1615 Viçosa, fiz mestrado em Manaus, no Amazonas, e estou fazendo Doutorado
1616 em Lavras e aí vim compor a equipe, e atualmente eu estou junto com a
1617 Eugênia e o José Augusto na equipe do setor de mineração, no
1618 licenciamento ambiental. E aí vim hoje aí para aprender bastante aí, estou
1619 aprendendo bastante, espero poder contribuir com as decisões do
1620 Conselho.” Marielle Fernanda Tavares, Diretoria Técnica SUPRAM/ASF:
1621 “Bom dia a todos, meu nome é Marielle, eu sou Bióloga, também acabei de
1622 entrar, é a primeira reunião que eu venho assistir. Eu estou na equipe do
1623 agrosilvopastoril com a Doutora Marcela do jurídico e a Stela, por enquanto.

1624 Porque a Stela, nossa agora Diretora Técnica, a Helena vai entrar no lugar
1625 dela para compor a nossa equipe. Eu sou Bióloga, Bacharel em Meio
1626 Ambiente, especialista em Gestão Ambiental Integrada, e eu estou para
1627 contribuir também.” Vilma Aparecida Messias, Diretora de Controle
1628 Processual SUPRAM/ASF: “Paulo, só um minuto, eu não posso deixar então
1629 de apresentar os meus dois novos juristas que estão compondo a minha
1630 equipe agora, uma é a Marcela, ela não está aqui presente, mas ela já foi da
1631 SUPRAM na época dos contratados, então todos já conhecem, e o Márcio.”
1632 Márcio Muniz dos Santos, Diretoria de Controle Processual SUPRAM/ASF:
1633 “Meu nome é Márcio, estou compondo, recentemente, a equipe da Vilma, é
1634 um prazer agora colaborar com esse órgão ambiental, e esperamos agora,
1635 daqui para frente, juntamente com a equipe técnica, no momento eu estou
1636 responsável com o técnico Levy também pela equipe industrial. A equipe
1637 industrial ela também é formada pela Fernanda, pelo Guilherme, pela Raissa,
1638 só que houve uma subdivisão, no caso, eles estão mais pela infraestrutura e
1639 nós pegamos as outras indústrias, no caso. Então eu agradeço a
1640 oportunidade, é um prazer estar aqui, e nas próximas reuniões pretendemos
1641 estar aqui presentes colaborando com todos.” Paulo Tarso Alvim Miguel,
1642 Superintendente Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco/
1643 SUPRAM-ASF: “Os que aqui se apresentaram adiantaram um pouco o quê
1644 que nós fizemos lá. Nós segmentamos a SUPRAM por tipologia, como que
1645 funcionava anteriormente? Era um todo, todos tinham acesso a processos, e
1646 havia uma movimentação de tal forma que nós não tínhamos como conectar
1647 ou até mesmo administrar o que estava acontecendo dentro da SUPRAM,
1648 essa é a verdade. É um modelo que nós recebemos, e nós resolvemos
1649 modificar. Então hoje a equipe está toda dividida por tipologia, ela é
1650 pequena, mas isso é ordem minha, eu estou focado em qualidade, não quero
1651 quantidade, eu pedi a todos eles o foco qualidade processual, qualidade na
1652 análise. Não me interessa quantos processos vão para a URC, me interessa
1653 a qualidade dos processos que vão subir para os senhores apreciarem. E
1654 isso vai ser cobrado diuturnamente dos técnicos, espero que com essa
1655 mudança a gente atenda melhor a população. Doutor Francisco, eu sei que é
1656 pouco, mas eu tenho um técnico para responder às questões do Ministério
1657 Público, eu sei que o senhor já foi comunicado disso, eu sei que não atende
1658 o senhor, mas no momento infelizmente pela pequena equipe que eu ainda
1659 tenho é o que eu posso colocar, eu espero que o senhor compreenda. E
1660 assim que forem chegando técnicos nós vamos redividindo essas equipes,
1661 aumentando essa segmentação e melhorando a prestação no serviço tanto
1662 para a sociedade quanto para os senhores. Eu gostaria que a Adriana, que é
1663 o meu motor, um dos meus motores na, nós assim a apelidamos, falasse um
1664 pouco mais sobre essa divisão, porque ela acompanhou mais de perto, foi
1665 uma situação que nós discutimos muito tempo, e eu gostaria que ela falasse
1666 um pouco sobre essa divisão, até mesmo porque ela tem mais conhecimento

1667 técnico que eu, eu sou um simples advogado e eu não tenho conhecimento
1668 técnico nessa área que a Adriana tem. Muito obrigado a vocês, estamos à
1669 disposição de todos lá. Só um minutinho, desculpe. Uma dessas mudanças
1670 foi a mudança da diretoria técnica, o Senhor Silvestre já estava cansado, me
1671 pediu para sair, e nós nomeamos a Senhorita Stela como a Nova Diretora
1672 Técnica da SUPRAM. Adriana Francisca da Silva, Diretora de Apoio
1673 Operacional SUPRAM-ASF: “Estou aqui com a Stela que é a nova Diretora
1674 Técnica, tenho certeza que ela vai fazer um trabalho brilhante, uma pessoa
1675 muito disponível, muito acessível, muito inteligente, tem ajudado a gente
1676 bastante. A mudança ela se viu necessária no sentido da gente atender
1677 mesmo com a equipe muito pequena, a maior quantidade de tipologias de
1678 empreendimentos possíveis. Porque você tem muitos setores dentro da
1679 nossa região, e a gente verificou que nesse primeiro momento seriam
1680 setores de outorga, específico, eu queria que a equipe de outorga se
1681 levantasse. Entendendo que para casa técnico cada equipe tem o seu
1682 jurídico específico, porque aí também você vai ter os advogados mais
1683 focados dentro daquela tipologia. Os de mineração, por favor. Os de
1684 infraestrutura. E os de indústria. E atendimento ao Ministério Público, Lorena.
1685 Então assim, é uma equipe pequena, gente, mas uma equipe com muita
1686 vontade, eu tenho certeza que a Stela vai fazer um trabalho brilhante com os
1687 meninos. Foi necessário fazer essa divisão por tipologia, a gente verificou
1688 que o ganho vai ser maior. A gente precisa realmente ter especialistas em
1689 certas áreas, quando você analisa sempre os mesmos processos, as
1690 mesmas tipologias isso traz um crescimento. O que não significa que um
1691 colega não vá cooperar com o outro, eu tenho certeza que a Stela vai falar
1692 mais nisso aí, vou deixar ela falar. Mas a necessidade foi no sentido da gente
1693 realmente ter gestão sobre os processos e atender à demanda de passivo,
1694 hoje a gente tem um passivo conhecido, sabe o quanto de processo a gente
1695 tem, em pé eles estão, e a partir daí então a Stela vai fazer essa gestão junto
1696 com a Vilma que é do processual e a diretoria operacional vai estar a toda
1697 disposição para que isso realmente funcione.” Stela Rocha Martins, Diretora
1698 Técnica SUPRAM/ASF: “A Adriana está falando e esqueceu da equipe
1699 agrosilvopastoril. No momento quando eu recebi o convite para compor o
1700 cargo de Diretoria Técnica, eu estava fazendo parte da equipe
1701 agrosilvopastoril a gente vai verificar agora como que a gente vai readequar
1702 isso. Mas o convite foi feito recentemente, eu pensei bastante, ainda não é
1703 oficial, ainda não saiu a nomeação, publicação. Mas a gente está nesse
1704 período de transição, eu aceitei o cargo a dois dias, foi essa semana, e eu
1705 espero contar muito, principalmente por uma boa gestão e contar com a
1706 colaboração de todos presentes de todas as diretorias, de toda a equipe. É
1707 realmente uma equipe pequena, mas que a gente tem grande potencial para
1708 aumentar tanto qualidade como quantidade, mas isso certamente eu vou
1709 precisar do apoio de todos. Obrigada.” Presidente José Oswaldo Furlanetto:

1710 “Podemos então partir agora para o encerramento. Queria nesse momento
1711 agradecer a apresentação e a iniciativa do José Hermano. Obrigado, José
1712 Hermano, é muito importante que tenhamos cidadãos com essa consciência
1713 e interessante que você provocou o debate, não é? Abriu o caminho para
1714 uma discussão e estreitar aí as ideias para esse projeto. Agradecer aos
1715 servidores novos, os engenheiros florestais aí que estão chegando para a
1716 SUPRAM do Alto São Francisco, os advogados, o estado fica satisfeito com
1717 esse aumento da equipe, nós também na SUPRAM Sul de Minas recebemos
1718 dois advogados e mais quatro novos técnicos. Significa que existe uma
1719 vontade por parte do governo mesmo com limitação orçamentária e
1720 financeira, de ampliar as equipes de analistas em todas as SUPRAMs só
1721 estado, visando, é lógico, o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente
1722 saudável para todos. E não deixar de agradecer e muito importante a
1723 presença dos Conselheiros que participam desse Conselho do COPAM com
1724 trabalho de relevância, com disponibilidade, sem nenhum tipo de ganho
1725 financeiro. Se eles participam desse Conselho com intuito, com objetivo, sim,
1726 de preservar o nosso meio ambiente. Então agradecimento muito importante
1727 que não posso deixar de fazer. E também agradecer ao Paulo Tarso que
1728 hoje nos deu a alegria da presença, o ar da graça aqui na reunião, obrigado,
1729 Paulo. Parabéns aí pelas mudanças que estão ocorrendo na SUPRAM Alto
1730 São Francisco, nós torcemos para que vocês tenham um bom trabalho, mais
1731 profícuo possível, para aumentarem a qualidade sim, mas também a
1732 quantidade de processos para a pauta; quanto mais processos aqui mais
1733 regulares as empresas e os empreendimentos estão. Agradecer a presença
1734 de todos, dos consultores, dos empreendedores que vieram, e desejar a
1735 todos um bom final de semana, um bom mês, um bom final de ano, porque
1736 na próxima reunião eu já tenho um compromisso pré-agendado, não vou
1737 poder estar aqui, então boas festas também a todos. Obrigado.”